

Departamento de Sociologia

**O Contributo do Rendimento Social de Inserção enquanto Instrumento
Facilitador da Inserção Profissional no Concelho de Alenquer**

Nelson da Costa dos Santos Belfo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Família e Sociedade

Orientador(a):

Doutora Maria das Dores Guerreiro, Orientadora
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

[OUTUBRO, 2015]

AGRADECIMENTOS

O presente estudo reflete em primeiro lugar uma enorme satisfação, um profundo inconformismo pessoal relativamente ao gosto pelo conhecimento e descoberta de uma problemática por mim trabalhada, mas nunca por mim analisada com a distância científica que ao conhecimento científico se impõe. Esta foi pois uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal. A todos os que não contemplo, seguidamente de forma explícita, mas que têm estado na minha vida e continuarão a ser pessoas significativas para as quais reservo um espaço muito especial, expresso o meu muito obrigado.

Assim, pretendo expressar os meus agradecimentos:

À Doutora Maria das Dores Guerreiro pelo seu empenho e pela sua atenção relativamente à execução deste trabalho, facilitado pela sua paciência e orientação sempre eficaz e preciosa.

Gostaria também de agradecer igualmente à Dra. Teresa Teixeira, à Dra. Maria José Rodrigues, e à Dra. Cristina Taveira, pela sua disponibilidade demonstrada em proporcionar o acesso aos dados estatísticos, dos quais foi possível um estudo analítico e criterioso, a partir dos quais foi possível extrair conclusões demonstradas. Cabe igualmente aqui um agradecimento à professora Adília que comigo colaborou na correção léxica deste trabalho.

A nível pessoal, pretendo agradecer à minha família, nomeadamente, mãe e irmã, sem esquecer o meu pai, com quem já não tenho o prazer de conviver, mas que sempre me apoiou neste projeto.

Por último, mas não menos importantes, são os amigos mais próximos com quem tenho partilhado este projeto, entre os quais destaco as minhas amigas Fátima, Filomena, Maria e Vanda, e aos meus amigos, Diogo e meu amigo Fábio e Hélder. A todos sem exceção o meu bem-haja e o meu sempre reconhecido muito obrigado

RESUMO

O presente trabalho centra-se no contributo do Rendimento Social de Inserção enquanto instrumento facilitador da inserção profissional dos seus beneficiários no concelho de Alenquer. No entanto, nos dias de hoje, nenhuma região ou concelho se desenvolve por si só, sem, que esteja enquadrado numa realidade mais abrangente. Cada vez mais a Europa é, encarada como referencial, com particular incidência nos vinte e sete países que constituem a União Europeia. Neste enquadramento, o presente trabalho foi concebido tendo em vista quatro objetivos fundamentais: primeiramente, importa compreender a eficácia da medida “Rendimento Social de Inserção”, assim como o seu impacto e influência na inserção profissional dos seus beneficiários residentes no concelho de Alenquer, compreender se entre os beneficiários desta prestação a formação profissional é facilitadora da empregabilidade, aferir se a empregabilidade dos beneficiários do R.S.I. deste concelho está relacionada com os meios de transporte disponíveis e, por fim, compreender se a condição destes beneficiários apenas difere nos níveis de escolaridade quando comparados com os indivíduos não beneficiários e inseridos na vida ativa.

Este trabalho é constituído por sete capítulos distintos. Logo no primeiro capítulo estão contidos dois pontos: no primeiro é feito um enquadramento global do estudo, o objeto e os objetivos dos mesmos.

No decurso do segundo capítulo é feito um enquadramento dedutivo das políticas sociais da Europa, procedendo a uma análise evolutiva, desde a conceção da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), em 9 de Maio de 1950, conforme proposta de Robert Shuman, com o objetivo de reconstruir a Europa, após o culminar da Segunda Grande Guerra Mundial. Seguidamente é abordado o contributo de Jaques Delors para a construção de uma Europa Social.

No terceiro capítulo é também efetuada uma abordagem à integração de Portugal na então Comunidade Económica Europeia, a situação socioeconómica em que Portugal então se encontrava, bem como o impacto que tal facto teve na vida quotidiana dos portugueses, contribuindo desta forma para aliviar as situações de pobreza dos cidadãos.

Ainda no âmbito europeu é abordada a problemática da pobreza e a forma como a mesma é encarada e as decisões tomadas com a finalidade de a minimizar.

Este capítulo termina com uma análise da situação social de Portugal na perspetiva das Nações Unidas. Ainda que se desenvolva a problemática da pobreza em Portugal, importa

analisar a particularidade da “Pobreza Infantil”, as suas causas e consequências, bem como o papel desenvolvido pelas instituições intervenientes nesta problemática.

É a partir do quarto capítulo que se inicia uma análise dedutiva da problemática. Assim, começa-se por analisar a génese da Ação Social em Portugal, bem como os seus fundamentos, as contribuições para a sua implementação e evolução. A Ação Social surge como uma resposta personalizada e focalizada na situação concreta no seio de cada agregado familiar, no sentido de lhe facultar a superação de situações concretas de carência económica. Esta foi uma resposta que até dezanove de junho de mil novecentos e noventa e seis, constituía uma resposta isolada aos cidadãos que se encontrassem em situação de carência económica, sendo que a partir de então, surge a medida complementar a esta, designada como Rendimento Mínimo Garantido (R.M.G.), com o objetivo de eliminar as situações de pobreza, e permitir aos portugueses em situação de carência económica uma vida mais digna. Esta medida foi concebida como essencial no combate à pobreza, que teve na sua emergência experiências piloto que posteriormente se generalizaram ao resto do país, com a particularidade e inovação que, sendo uma medida de cariz numérico, exige também dos seus beneficiários contrapartidas de inserção social que se materializam com a assinatura de Acordos de Inserção por parte dos beneficiários, de forma a facilitar-lhes um percurso de inserção devidamente acompanhado e uma inserção social que se pretendia plena.

No quinto capítulo é efetuado um desenho evolutivo dos dados estatísticos relativamente à prestação supra, em três momentos distintos: 1991, 2001 e 2011. Aqui é ainda efetuada uma avaliação dos impactos do Rendimento Mínimo Garantido e a caracterização das Coordenações das Comissões Locais de Acompanhamento (C.L.A.). Neste enquadramento é também efetuada uma análise de vários indicadores que posteriormente vão servir de referência comparativa quando da análise das famílias em situação de pobreza no concelho de Alenquer. Desta forma, irão ser objeto de análise vários indicadores de caracterização dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho atrás referido, com enfoques nos seguintes pontos: estado civil e conjugalidade, caracterização das famílias, nível de escolaridade, toxicod dependência, desemprego, caracterização socioeconómica, e deficiência. Todos estes indicadores contribuem para uma caracterização mais objetiva, e detalhada da população residente neste concelho, e assim contribuir para uma melhor compreensão da integração profissional no concelho de Alenquer, ou seja, dos residentes no concelho de Alenquer, em idade socialmente ativa, enquadrados na prestação suprarreferida.

No sexto capítulo, procede-se à análise específica do concelho supracitado. Aqui é efetuada uma análise da evolução dos processos, beneficiários da prestação de R.S.I., bem

como a forma como a prestação influencia a inserção destes beneficiários no mercado de trabalho, ou na formação profissional. Neste contexto, é também efetuada uma análise das potencialidades ou não do concelho, no sentido de responder às necessidades e dificuldades dos beneficiários que procuram resposta, quer na formação profissional, quer no emprego.

Por último, no sétimo e último capítulo, procede-se à caracterização e comparação das famílias residentes no concelho de Alenquer, com o universo das famílias residentes em Portugal Continental. O propósito desta análise visa aferir até que ponto prestação do Rendimento Social de Inserção em Alenquer e seu concelho constitui uma medida facilitadora da integração sócio-profissional dos seus beneficiários, quando comparada com o resto de Portugal Continental

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	2
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO DO ESTUDO "INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	7
CAPÍTULO II - SITUAÇÃO SOCIAL NA EUROPA	9
CAPÍTULO III - PORTUGAL DESDE A ENTRADA NA UNIÃO EUROPEIA.....	17
CAPÍTULO IV - DA EMERGÊNCIA DA AÇÃO SOCIAL AO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO.....	27
CAPÍTULO V - EMERGÊNCIA, EVOLUÇÃO E AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO EM PORTUGAL.....	35
CAPÍTULO VI - FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO CONCELHO DE ALENQUER	37
CAPÍTULO VII - CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO.....	57
CONCLUSÃO	63
BIBLIOGRAFIA.....	65

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	38
Quadro 2.....	41
Quadro 3.....	47
Quadro 4.....	52

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ATL	Atividades de Tempos Livres
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEI	Comunidade de Estados Independentes
CENSOS	Dados Estatísticos do INE
CGTP-IN	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical
DCGC	Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente
DDSP	Departamento de Desenvolvimento Social e Programas
DF	Departamento de Fiscalização
DPC	Departamento de Prestações e Contribuições
EB	Ensino Básico
FEDER	Fundo para o Desenvolvimento Regional
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
GEP	Grupo de Estudos e Práticas
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
JO	Jornal Oficial
MTSS	Ministério do Trabalho e Segurança Social
NLI	Núcleo Local de Inserção
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RSI	Rendimento Social de Inserção
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
UGT	União Geral dos Trabalhadores Portugueses

CAPÍTULO I

1 – ENQUADRAMENTO DO ESTUDO “INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO”

1.1. Objeto de Estudo

A área geográfica proposta para estudo é circunscrita ao concelho de Alenquer. O objeto deste estudo é a população beneficiária de Rendimento Social de Inserção, em idade ativa e residente no concelho. Este estudo tem como finalidade compreender qual contributo da prestação do Rendimento Social de Inserção, enquanto medida facilitadora da inserção profissional dos beneficiários desta prestação e conseqüente inserção no mercado de trabalho.

1.2. Objetivos do Estudo

- Compreender a eficácia da Medida Rendimento Social de Inserção na integração profissional dos seus beneficiários residentes no concelho de Alenquer;
- Perceber se entre os beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Alenquer a formação profissional é facilitadora da empregabilidade;
- Perceber se a empregabilidade dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Alenquer, está relacionada com os meios de transporte disponíveis;
- Compreender se a percentagem de empregabilidade dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção está apenas relacionada com o nível de escolaridade dos beneficiários em idade ativa.

CAPÍTULO II

2 – SITUAÇÃO SOCIAL NA EUROPA

A primeira vez que foi considerada a aspiração a uma União Europeia remonta ao século XIX com Victor Hugo e Pierre Proudhon ao considerarem a existência de uma federação europeia, no contexto das políticas imperialistas das potências europeias de então.

A génese do processo de integração na Europa inicia-se nos anos que precederam à 2.^a Guerra Mundial. O Continente Europeu após ter sido palco de várias guerras assistiu a milhões de mortes, acompanhadas pela destruição da economia europeia.

Estavam então criadas as condições para que emergissem duas grandes potências: os Estados Unidos da América e a União Soviética. Cada uma delas estava então convencida da sua superioridade ideológica.

Num contexto de destruição e submissão, emergem ideias de uma integração europeia, com a finalidade de proporcionar o surgimento de um conceito de organização, capaz de ultrapassar antagonismos nacionais e unir os destinos dos europeus, facilitando-lhes igualmente as condições necessárias à recuperação económica do nosso continente.

A 9 de maio de 1950 Robert Schuman propôs que França e Alemanha, bem como outros países europeus que o desejassem, constituíssem a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) com intenção de reconstruir a Europa no pós-guerra.

No ano de 1951 durante o mês de abril, foi assinado o Tratado de Paris que constitui a CECA, cuja alta autoridade era presidida por Jean Monnet que inicialmente era formada por França, República Federal da Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

Do ponto de vista político, as comunidades europeias, instituídas pelo Tratado de Paris (CECA) e pelo Tratado de Roma, promoveram as primeiras políticas comuns e introduziram o conceito de supranacionalidade no espaço europeu.

O Tratado de Roma introduzido na Europa a 25 de março de 1957 com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 1958 assegura a livre circulação de todos os trabalhadores que vivem e trabalham neste espaço.

O que anteriormente foi referenciado, descreve concretamente a génese da União Europeia. No entanto, não cabe aqui descrever essa evolução, mas antes analisar a contribuição da Carta Social Europeia, e dos tratados inerentes à construção da Europa bem como a sua contribuição para a implementação das políticas sociais e o seu desenvolvimento neste espaço geográfico.

Esta análise debruçar-se-á fundamentalmente na evolução das políticas sociais na Europa, e os seus reflexos na implementação das políticas sociais em Portugal.

2.1. – Evolução das políticas sociais na Europa

No âmbito das políticas sociais, pretende-se enfatizar a evolução destas direcionadas para o emprego, dado as mesmas estarem diretamente relacionadas com este trabalho que tem por tema “A Integração Profissional dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no Mercado de Trabalho no Concelho de Alenquer”.

No “Tratado de Roma” assinado a 25 de março de 1957, através do art.º 125.º, traz pela primeira vez a ideia de desenvolvimento de uma estratégia coordenada em matéria de emprego, promoção de mão-de-obra qualificada e suscetível de uma adaptação rápida às mudanças económicas, o que ainda hoje em Portugal não é fácil devido à composição da estrutura socioprofissional da população portuguesa. Já através do seu artigo 126.º, o tratado introduz o conceito “parceiros sociais”, ainda hoje designado como tal, aludindo às suas responsabilidades na criação de emprego, o que se considera importante por um lado, pela introdução de um novo conceito – parceria – na linguagem comunitária, por outro, mostra o quanto é a fragilidade de Portugal, que se deixou atrasar na adoção da metodologia de trabalho em parceria, dado que o Concelho de Concertação Social no nosso país remonta apenas ao ano de 1991, criado pela lei 108/91 e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 90/92, trinta e quatro anos após a sua implementação na Europa. Este tratado pugna pois pelo incentivo à definição e execução das políticas de emprego.

Mais tarde, com a entrada em vigor da Carta Social Europeia aprovada a 24 de abril de 1991 é então introduzido um novo conceito. O dos “direitos”, trinta e quatro anos após a assinatura do Tratado de Roma. Esta carta refere concretamente o direito à formação profissional, o direito dos trabalhadores beneficiarem de todas as medidas que lhes permitam gozar do melhor estado de saúde que possam atingir, e refere ainda ser de importância capital

o direito dos trabalhadores, bem como os dos seus familiares, à segurança social, à formação profissional e readaptação profissional e social, quaisquer que sejam a origem e a natureza da sua invalidez, bem como serviços sociais qualificados e assistência médica. Por último, relativamente às mães com filhos, considerem terem estes direito a uma proteção económica e social apropriada, o que ainda hoje na prática nem sempre se verifica, por falta de respostas direcionadas para estas situações, nomeadamente casas de abrigo suficientes para responder às necessidades. Não se deve também esquecer que em muitas situações a entrada de uma mulher com um filho numa casa de abrigo tem implicações secundárias como sejam o vínculo das mulheres ao mercado de trabalho, ou mesmo a perda de condições logísticas para acolhimento de mulheres com filhos nestas casas ainda que com carácter transitório.

Durante o período atrás referenciado, verifica-se ter havido na Europa uma evolução progressiva no sentido da conquista de vários direitos e proteção sociais. Com a elaboração da Carta Social constata-se a emergência de opções políticas “mais humanizadas”, ou seja, mais viradas para os cidadãos com particular atenção centrada na família, considerando-a “célula fundamental da sociedade”, atribuindo-lhe o direito a uma proteção social, jurídica, e económica adequadas no sentido de assegurar o seu pleno desenvolvimento. Esta carta também releva a importância atribuída às famílias monoparentais femininas, ao considerar que a mãe e o (a) filho(a), independentemente da sua situação sociofamiliar, têm direito a uma proteção económica e sociais apropriadas, durante um período de tempo que lhes permita reorganizar o seu projeto de vida. Torna-se pois muito interessante confrontar este direito consagrado na Carta Social em 1991, com a atualidade de hoje, 2014. Constata-se que passados vinte e três anos em Portugal ainda não existem políticas sociais integradas viradas para esta realidade. Não cabe no contexto deste trabalho a exploração desta mesma problemática. Devemos no entanto ter presente que a violência doméstica só é considerada crime público a partir do ano 2000.

O Tratado de Nice mostra a opção pela continuidade das políticas sociais integradas, desta feita inaugurando uma nova vertente, denominada “vertente laboral”. Este Tratado revela a importância atribuída aos direitos dos trabalhadores na Europa, com a intenção clara de uniformizar procedimentos, e desta forma facilitar a integração laboral dos mesmos no espaço europeu e nos países que não os próprios.

Verifica-se aqui um acentuar dos direitos sociais, e a introdução de um conceito novo, o conceito de “Exclusão Social”, que assume uma particular relevância quando o Tratado de Nice se refere à “luta contra a exclusão social” e à “igualdade entre homens e mulheres”,

quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no local de trabalho. Observa-se aqui uma atenção dada à ética e à proteção social dos trabalhadores pelos quais cada entidade patronal se responsabiliza.

Por último, o Tratado de Lisboa assinado em 13 de dezembro de 2007 centra-se mais na introdução da prática da informação dos parceiros sociais e representantes dos trabalhadores, papel que em Portugal é assumido pelas duas grandes Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT, que pela primeira vez passam a ser ouvidas sobre as políticas sociais propostas que os envolva diretamente. Assiste-se assim a uma atenção muito grande dada pelas entidades oficiais às questões relacionadas com a exclusão social, não somente nos apoios atribuídos, mas também nas condições profissionais e sociais proporcionadas aos trabalhadores extracomunitários. Observa-se aqui a intenção de um tratamento igualitário entre todos os cidadãos residentes na Europa Comunitária, independentemente da sua origem geográfica, nacionalidade, etnia ou religião.

2.2. - O Contributo de Jackes Delors para a Construção de uma Europa Social

Foi Jacques Delors que se empenhou num profundo trabalho de relançamento da Construção Europeia. Ele tomou a iniciativa e propôs (1992) o objetivo da supressão de fronteiras aduaneiras e fiscais entre os Estados Membros. Coube-lhe também o papel inspirador do Ato Único Europeu (1986), presidindo também ao Comité encarregado de estudar um projeto, tendo em vista a União Económica e Monetária (1988 – 1989). Os trabalhos deste “Comité Delors” são as linhas força dos trabalhos que estão na base dos êxitos económicos e monetários do Tratado de Maastricht, que estão na génese da Moeda Única Europeia.

Coube ainda a Jacques Delors ser o impulsionador das políticas estruturais da União “Pacote Delors”, da Carta Social Europeia e do programa educativo Erasmus.

2.3. - A Pobreza no Âmbito da União Europeia

No Portugal atual é cada vez mais comum, a quando da abordagem de uma problemática qualquer que ela seja, que surja a comparação com outros países comunitários. Para o melhor e para o pior, esta comparação é feita pelos indivíduos, por se sentirem posicionados no espaço europeu, geográfica, política e socialmente.

Esta é a razão fundamental para que também aqui se imponha estabelecer uma comparação entre os indicadores sociais que se registam em Portugal e que se confrontam com os que se verificam na União Europeia. Tal confronto, permite maior consciência e assimilação do real lugar que Portugal ocupa na Europa.

Assim, analisemos com maior precisão alguns indicadores que melhor elucidam o enquadramento de Portugal no conjunto dos vinte e quatro países constitutivos do espaço europeu, ao qual pertencemos desde 1 de janeiro de 1986.

Quando falamos de abandono escolar a tendo em conta a comunidade estudantil a de um país considera-se de elevada importância conhecer a estrutura de um de seu povo. Nesta temática constata-se que a taxa de abandono escolar entre os 18 e os 24 anos se situa em Portugal nos 19,2% em contraponto com o que acontece na Europa a 28, que se situa nos 11,9%¹. Observa-se no entanto, que se em 2002 esta taxa em Portugal se situava em 44%, sendo que em 2013 a mesma representava apenas 19,2%, o que se traduz um decréscimo de 24,8% num período de 10 anos. Este indicador contribui para explicar o porquê de Portugal experienciar no presente acrescidas dificuldades relativamente ao nível do emprego estrutural, que conduz à pobreza muitas das pessoas que perdem o emprego e à dificuldade que encontram em retomar uma nova atividade laboral, compatível com capacidades académicas e profissionais próprias.

Um outro fator que importa referenciar, pelo contributo que dispensa à taxa de pobreza, é a educação. Ao analisar os dados sobre a frequência do ensino secundário, e considerando o intervalo etário entre os 18 e os 24 anos residentes em Portugal constata-se que desta, apenas 40% é detentora de pelo menos o ensino secundário, o que é quase metade do que se verifica na Europa dos 28, em que este número ascende a 75,2%. Este indicador é muito relevante para explicar as acrescidas dificuldades de inserção profissional e social da população portuguesa e que contribui para elevar o número de pessoas dependentes de baixos salários, ou de prestações sociais às quais o acesso tem sido cada vez mais condicionado, por motivos cuja discussão não se enquadra no âmbito desta análise.

Uma outra vertente de análise que importa igualmente analisar é o Salário Mínimo Nacional / Valor Médio Mensalizado. Nesta vertente constata-se um aumento bastante significativo em Portugal, cujo valor médio passou de cerca de 440 euros no ano 2000 para 600 euros em 2014. Em termos homólogos e em posições extremas relativamente a Portugal encontram-se o Luxemburgo que no ano 2000 possuía um salário médio de 1140 euros e em 2014 este

¹ In Retrato de Portugal na Europa – Pordata – Ed. 2014, pp.19 - 20

ascendia a 1576 euros. Na outra extremidade encontra-se a Roménia cujo salário médio no ano 2000 era de cerca de 40 euros, e que em 2014 se situava nos 345 euros. Importa no entanto referir que a Alemanha, a Áustria, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Itália e Suécia não possuem no seu sistema qualquer salário mínimo definido.

Já no âmbito das despesas imputadas à proteção social a União Europeia disponibiliza 29% do Produto Interno Bruto, sendo que em Portugal a imputação a esta rubrica é de 26,5%.

2.4 - Evolução da Pobreza Antes e Após Transferências Sociais

Numa análise cuidada dos dados da Pordata sobre a evolução da taxa de pobreza em Portugal, esta deve de ser enquadrada no contexto europeu, e assim se tornar mais legítima, porque sujeitas aos mesmos pressupostos de análise. No entanto, importa referir que enquanto em Portugal existem dados desde o ano 2004, só é possível estabelecer uma análise comparativa a partir do ano 2010.

Assim, constata-se que no período 2004 a 2009, se assiste a uma estabilização da taxa de pobreza antes de efetuadas as transferências, e acompanhado de um decréscimo do risco de pobreza após transferências sociais. Em qualquer um dos anos em análise, constata-se existir um diferencial apreciável que antes e depois de transferências sociais é de 41,3%. No entanto, após a efetivação das mesmas, reduz para 26,4%, ainda que no ano de 2009 se constate que a taxa de pobreza que era de 41,3% antes de transferências sociais, se reduz muito acentuadamente para 24,3% após as mesmas.

Importa constatar que no intervalo temporal que medeia os anos entre 2009 e 2013 a taxa de pobreza antes e depois de transferências sociais sofre um aumento continuado em Portugal, ainda que tenhamos assistido a uma pequena diminuição em 2011, da taxa de pobreza antes de transferências sociais. Constata-se, no entanto, que após dez anos de transferências sociais, e do enfoque colocado nas questões da pobreza e do propósito de combater a mesma, apesar das boas intenções, a única a única conclusão a tirar é que continua ainda muito por fazer, mas fundamentalmente por repensar.

De uma forma objetiva, a observação dos indicadores da União Europeia mostra que durante o mesmo período temporal (2010 – 2013) em média, a taxa de pobreza que antes das transferências sociais se situa nos 44%, reduz para 16%

É interessante constatar que apesar dos Programas de Luta Contra a Pobreza, e a já regularizada implementação da Medida do Rendimento Social de Inserção, a Taxa de Pobreza não sofre uma diminuição que possa ser considerada significativa

2.5. - A Pobreza em Portugal na Perspetiva das Nações Unidas

No âmbito das Nações Unidas para o Desenvolvimento foi efetuado um estudo pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra denominado “Pobreza e Exclusão Social” que estima existirem em Portugal 18% de pobres ou pessoas em situação de pobreza em 2010, o que representa um número bastante elevado, segundo a Ministra do Trabalho e Segurança Social, Helena André, revelado no âmbito da Conferência de Abertura do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social”.

De acordo com este Estudo, existem em Portugal cerca de dois milhões de pobres. (3)

“Sérgio Dimas, encontra quatro fatores fundamentais explicativos deste facto. São eles:

- Portugal possui ainda uma taxa de pobreza tradicional muito associada ao mundo rural, e onde não há conforto, o que não permite a existência de qualidade de vida;
- Ter pessoas que apesar de estarem no mercado de trabalho, têm rendimentos insuficientes, devido aos seus baixos níveis de qualificação profissional;
- A partir disto são visíveis fenómenos de exclusão social relacionados com os recentes movimentos migratórios, devido, também, à concentração urbana e suburbana, bem como os novos grupos de risco que crescem especialmente nesse meio urbano (as famílias monoparentais, as crianças e jovens sem enquadramento familiar, os toxicodependentes);
- Por fim, a pobreza em Portugal é causada pelas políticas de proteção social que são insuficientes para colmatar as carências da nossa população”

Segundo o próprio, estes valores não são aceitáveis num país desenvolvido.

CAPÍTULO III

3.1 - PORTUGAL DESDE A ENTRADA NA UNIÃO EUROPEIA – VOLUME DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Ao falar-se sobre pobreza importa fazer um breve enquadramento sobre o conceito. Eduardo Vítor Rodrigues, no seu artigo “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, cita Peter Townsend ao defender que “desindividualizando o pobre mostra que não se trata de uma falha do indivíduo em conseguir um nível mínimo de alimentação, mas de um impedimento socialmente criado para que parte da população não consiga padrões suficientes de condições de vida numa sociedade². Luís Capucha refere o contributo de David Gordon que afirma que “a pobreza geral (overall poverty) significa não possuir as coisas que a sociedade pensa serem necessidades básicas, e, adicionalmente, não ser capaz de fazer as coisas que a maior parte das pessoas tomam como garantidas, seja porque não conseguem pagar para participar em atividades usuais, seja porque discriminadas de outras maneiras (Gordon, 2000:52)” (p 74)³. Já Alfredo Bruto da Costa⁴ cita Rowntree que definiu pobreza como “o estado das famílias cujos proventos totais são insuficientes para obter os bens e os serviços mínimos necessários à manutenção de eficiência meramente física.”

Assim, neste capítulo pretende-se compreender a evolução da pobreza após 1 de janeiro de 1986, data em que Portugal assinou a sua adesão à então CEE (Comunidade Económica Europeia). No entanto, torna-se pertinente situarmo-nos ainda que de uma forma breve no período anterior a esta data, para melhor compreender os contributos da União Europeia para as alterações das respostas e transformações sociais após a adesão de Portugal à entidade supra referenciada.

No período entre 1950 e 1974 é atribuído pelo regime de então uma elevada importância à industrialização e ao crescimento económico, tendo em vista uma justa distribuição da riqueza. No entanto, segundo Manuela Silva, embora neste período temporal se tivesse

² Rodrigues, Eduardo Vítor in “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 212.

³ Capucha, Luís (2005) Desafios da Pobreza. Oeiras: Celta.

⁴ Costa, Alfredo Bruto in “Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo” – Ed. Gradiva – Trajetos Portugueses – 3.ª Edição – Maio de 2012

verificado um aumento do crescimento económico sustentado, não se assistiu a um esforço que conduzisse à erradicação da pobreza. Antes pelo contrário, assistiu-se a uma intensificação da industrialização levada a efeito pela iniciativa privada, apoiada pelo Estado, bem como pelo próprio Estado, ainda que em menor escala.⁵

Segundo um inquérito realizado em 1973, 30% das famílias portuguesas eram consideradas pobres. Neste contexto, importa compreender quem eram os grupos assim considerados⁶:

- pessoas com características rurais;
- os pobres são assalariados agrícolas sem terra;
- pequenos agricultores por conta própria, ou com a ajuda de familiares não remunerados;
- indivíduos não ativos sem rendimentos próprios, os quais não se encontravam cobertos pela Segurança Social;

Em maio de 1974 institui-se pela primeira vez o Salário Mínimo Nacional no valor de 3 300\$00 ± 16,5€ que à época era reconhecido como um valor aquém do mínimo necessário para satisfação das necessidades básicas.

As situações de maior carência económica nos campos levaram a que as pessoas procurassem um melhor nível de vida nos meios urbanos, onde se situava a indústria. No entanto, os postos de trabalho gerados por esta, não permitiram absorver a totalidade das pessoas que nela procuravam resposta para as situações de pobreza a que a vida no interior as tinha impelido. Este facto teve como consequência a “transferência de situações de pobreza” do campo para a cidade, com a instalação de barracas nas periferias, e à crescente proliferação dos bairros de lata na malha urbana.

Na perspetiva de Manuela, Silva o Governo do Estado Novo nunca chegou a desenvolver a agricultura, nem a educação, já que na agricultura não se chegou a introduzir quaisquer meios de industrialização de forma a aumentar a rentabilidade dos agricultores e proporcionar-lhes um melhor nível de vida, nem os trabalhadores mais pobres tinham possibilidades de proporcionar aos seus filhos o acesso ao ensino.

⁵ Silva, Manuela in “Análise Social”, vol. VIII (72-73-74), 1982 – 3.º - 4.º - 5.º, p.p.1079

⁶ Silva, Manuela in Análise Social, Vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.º - 4.º - 5.º, p.p.1078

No decurso das fases de desenvolvimento, a primeira, até finais dos anos 60, foi muito lenta. Uma segunda fase, intercalada até 1974, foi ainda parcial. Esta fase ficou conhecida como “consulado marcelista”. Foi nesta fase que, por aplicação de uma nova legislação social, foram integrados no sistema milhares de “rurais” e de “empregadas domésticas”. Numa terceira fase e seguintes é alcançada a universalização ou próximo disso. Nesta altura, “os beneficiários já constituíam mais de 40% da população residente (13% em 1960 e 27% em 1970) e mais de 85% da população ativa (35% em 1960 e 73% em 1970)”⁷.

A evolução económica posterior a 1974, na análise de Borges (Borges, 1991), pode caracterizar-se pela alternância de períodos de euforia, em que por um lado se pretendia aumentar a despesa pública, e o crescimento económico, e por outro contê-la através da austeridade, procurando desta forma encontrar um ponto de equilíbrio. Entre 1974 e 1979 a atividade económica registou uma avaliação muito irregular, quer em termos de PIB, quer em termos de taxa de desemprego.

No entanto, é no ano de 1985 (Bessa, 1985) que Bessa assinala assistir-se a um controlo da massa monetária e a um *deficit* imposto pelas condições de austeridade, a política de funcionamento das empresas, mediante linhas de crédito bonificado, papel na sustentação do emprego com o adiamento de falências ou reconversão das empresas que teriam deixado de ser economicamente rentáveis⁸, constatando-se estar a economia assente em pressupostos que economicamente provaram vir a ser inviáveis

É neste contexto que a 1 de janeiro de 1986 Portugal assina o seu contrato de adesão à então C.E.E. (Comunidade Económica Europeia).

Na perspetiva de Luís Capucha⁹ “as sociedades europeias enfrentam um problema relativamente novo de exclusão de uma parte importante dos cidadãos relativamente ao bem-estar que elas são já capazes de produzir, mas não de distribuir de forma equitativa”.

⁷ Eurost.org. António Barreto in “A Situação Social em Portugal 1960 -. 1999 Vol. II – Indicadores Sociais em Portugal e na união Europeia

⁸ Mozzicafredo, Juan in “Estado Providência e Cidadania em Portugal” pp.113 – 1.ª Edição: Março de 1997 – CELTA EDITORA

⁹ Capucha, Luís in “Desafios da Pobreza” - Celta Editora – Oeiras – 2005 p.p. 28

A partir da década de 80 o Estado passa a desempenhar um papel mais ativo, passando a intervir onde até aqui nunca o havia feito. Está-se a falar concretamente na criação do regime não contributivo, estendendo o direito à pensão social e a abonos de família a indivíduos que até então ainda não haviam efetuado quaisquer descontos, e a indivíduos de mais baixos rendimentos como forma a prevenir as carências económica e social.

A Pensão social foi assim, a primeira medida de cidadania e proteção social importante a ser criada após o 25 de abril de 1974.

Apesar de a intervenção do Estado ter registado um assinalável aumento no âmbito da proteção social, este está ainda bastante longe do que se regista na Europa. No entanto, deve-se ter presente que este facto está diretamente relacionado com o PIB nacional. Portugal tem vindo a registar baixos índices de PIB, o que implica que a percentagem desta imputação a despesas sociais também tem obrigatoriamente de ser baixa. Sabemos também que muitos dos benefícios sociais que se têm vindo a registar em Portugal têm sido suportados por transferências comunitárias imputadas a fins sociais, tais como benefícios às empresas, estágios profissionais e outros programas de integração profissional.

Após esta anuência, constata-se um impulso no crescimento económico, despoleta-se um assinalável número de obras públicas, bem como de cursos de formação profissional, enquanto forma facilitadora da competitividade das empresas, e da empregabilidade de indivíduos detentores de mão-de-obra qualificada. Durante o período entre 1986 e 1990, assiste-se a um decréscimo da taxa de desemprego de 8,4% em 1986 para 4,7% em 1990. Neste período desenvolve-se também a liberalização do mercado de trabalho, a um aumento real dos salários e a uma conseqüente melhoria do poder de compra dos particulares¹⁰.

A integração de Portugal na CEE dá-se na sequência de um período particularmente difícil para os portugueses. Uma década volvida após o 25 de abril de 1974, e alguns focos de conspiração política, alimentada em parte pelas dificuldades económico-financeiras. Esta foi uma época caracterizada por uma forte inflação que consumia salários e favorecia o

¹⁰ Programa Estratégico e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza – Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social – Bureau Internacional do Trabalho – 4, route des Morillons

desemprego. A esta realidade juntava-se um escasso desenvolvimento tecnológico, um débil dinamismo empresarial e carências na rede de comunicações.¹¹

Em 1986, com a adesão de Portugal à então CEE, muito se alterou. Esta veio proporcionar a Portugal um largo fluxo de capitais no âmbito do FEDER (Fundo para o Desenvolvimento Regional) e, posteriormente, do Fundo de Coesão destinados a aproximar o país dos níveis de outros parceiros comunitários mais desenvolvidos.¹²

O impacto destes fundos comunitários e a conjuntura internacional fazem-se sentir nos anos seguintes a 1986, com a contribuição dos seguintes fatores: cresce o número de pequenas e médias empresas; assiste-se a um aumento significativo do PIB; moderniza-se a estrutura da economia, com o aumento do sector terciário; executa-se um vasto programa de obras públicas; reduz-se o *deficit* da balança de transações correntes; desce a taxa de desemprego e ascende o nível das remunerações e melhoram as regalias sociais¹³

A importância que anteriormente era atribuída ao sector primário foi transferida para o sector terciário, cujo desenvolvimento muito se deve à proliferação de grandes superfícies comerciais, à expansão da área das telecomunicações e do audiovisual, bem como aos progressos da informatização.

As exportações tradicionais como os têxteis, o vestuário e o calçado, a madeira e a cortiça são ultrapassados por máquinas e material de transporte, o que reflete o desenvolvimento da indústria mais complexa e desenvolvida. Nesta altura assiste-se a um incremento das trocas comerciais de Portugal com outros países da União Europeia, com particular destaque para Espanha, que chega a absorver três quartos das exportações portuguesas em finais da década de 90 (INE, 2008).

Relativamente à obra Macedo (2005:219), o autor realça a importância do investimento em infraestruturas que continua a ser objeto de atenção do Estado. Nesta altura as telecomunicações, as autoestradas, as redes de gás, a eletricidade e o abastecimento de água, passam a merecer uma atenção particular. Assiste-se também à implementação de projetos de

¹¹ Gomes, Flávio, in Integração Europeia de Portugal – Trabalho de Avaliação Continua realizado no âmbito da unidade curricular de fontes de informação sociológica sob a orientação do professor Paulo Peixoto - <http://www.idn.gov.pt/publicações> – Dezembro 2008, pp.3

¹² Idem – pp.3

¹³ Idem pp.3

obras públicas de grande envergadura, como sejam a ponte “Vasco da Gama” e a obtenção de financiamento adicional¹⁴, procede-se à privatização de algumas empresas, e desta forma minimizar-se o elevado investimento com efeméride, que constituiu a EXPO 98.

Nesta época, assiste-se a uma assinalável melhoria das condições e nível de vida da população portuguesa, mas é importante ter em conta, que tal aconteceu com financiamento de fundos estruturais, e contribuiu para o crescimento do PIB nacional.

É assinalável constatar que em 2010 o número de famílias em que ninguém exercia atividade laboral constituía 7,2%, valor este considerado baixo quando comparado com a média europeia que ascendia aos 10,4% (em 2008 5,5% e em 2009 de 6,7%). Quanto à percentagem de crianças (0 – 17 anos) a viver em agregados em que ninguém exercia atividade laboral subiu para 7% (em 2008 era de 4,7% e em 2009 de 6,1%).

Ao analisar-se os dados do ano 2011 relativos ao desemprego¹⁵ de 2011, verifica-se que a média anual se situava nos 12,7%, sendo a população desempregada de 706,1 mil no final do 4.º semestre, o que representa 14% da população ativa. O Desemprego Jovem atingiu os 35,4% e o de Longa Duração passou de 6,4% para 7,4% no quarto trimestre de 2011. É nesta altura que o mercado de emprego enfrenta um dos maiores desafios da atualidade.

Os rendimentos das famílias estão cada vez mais sujeitos a pressões socioculturais de hábitos de consumo e despesa. Quanto ao padrão médio de despesas, este imputa uma boa parte do seu quantitativo a compromissos com créditos, com particular incidência na habitação. No entanto, no último ano e meio, tem-se vindo a acentuar esta tendência, não tanto pelos elevados juros cobrados pela banca, que tem sofrido uma queda continua, mas por situações de carência económica, emergentes de situações em que as perdas de rendimentos assumem uma responsabilidade significativa.

¹⁴ Idem pp.3

¹⁵ In <http://WWW.INE.pt/xportal> pp.3

Em 2009 e 2010 verificou-se um aumento da taxa de poupança das famílias que se deve à contínua diminuição das taxas de juro afetas aos empréstimos contraídos para aquisição de habitação própria.¹⁶

Outro âmbito em que a quebra de rendimentos se faz sentir é na educação, sendo que algumas das escolas têm vindo a desenvolver um programa de fornecimento de refeições às crianças ao fim-de-semana e durante os períodos de férias escolares, a fim de aliviar os frágeis orçamentos familiares afetados quer pelo desemprego, quer pela perda de rendimentos.

No âmbito da insuficiência económica, Luís Capucha defende existir uma diversidade de formas de entender a pobreza e a exclusão social. Na sua perspetiva, estas não são sinónimas, pois uma situação pode coexistir sem a outra. Assim, considera que ser pobre ou excluído é sempre considerado pela sociedade como alguém a quem falta qualquer coisa, podendo isto significar rendimentos, exclusão do mercado de trabalho e do conjunto de coisas que este proporciona. Outras vezes a autonomia e competências culturais, se o discurso sobre a pobreza salienta a condição moral de “subclasse” por vezes dependente, por vezes “perigosa” (Levitas, 2000)¹⁷ (p.66).

Bruto da Costa considera que “o relacionamento da pobreza com a liberdade leva-nos a concluir que pelo menos enquanto negação da liberdade a pobreza configura uma situação de negação de direitos humanos fundamentais”¹⁸

David Gordon caracteriza pobreza como “a aproximação ao julgamento da privação de uma pessoa em termos absolutos, mais do que em termos puramente relativos vis a vis os níveis gozados por outros na sociedade (Gordon, 2000:51) ”.

¹⁶ In Relatório Social Nacional – Portugal – Maio 2012; p.p. 2-3

¹⁷ Capucha, Luís in “Desafios da Pobreza” - Celta Editora – Oeiras – 2005 p.p. 28

Luís Capucha baseia os seus estudos em José Percirinha (1996); Buechardf (2000); Paugam (1996b); Graham Room (2000) e Pierre Strobel (1997)

¹⁸ Costa, Alfredo Bruto (Org) e outros in “Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo – Ed. Gradiva. p.p. 23

3.1. - A Pobreza Infantil e os Apoios Institucionais

O estatuto da criança na sociedade portuguesa tem vindo a ganhar uma importância crescente. Nunca como agora se deu tanta relevância a esta faixa etária. Prova do que se afirma é um crescente número de equipas constituídas por juristas, técnicos e administrativos afetos a equipas de trabalho com Crianças e Jovens, quer no âmbito da Segurança Social quer no dos Tribunais. Estes profissionais intervêm nas mais variadas situações, mas no presente trabalho importa relevar as situações de pobreza em Portugal.

Neste âmbito foi efetuado um estudo em Portugal pela UNICEF focado na Pobreza Infantil no mundo industrializado, onde existem 30 milhões de Crianças a viver na pobreza em 35 países economicamente desenvolvidos. Neste estudo Portugal ocupa a cauda dos países europeus incluídos no relatório, à frente da Hungria, Letónia, Roménia e Bulgária, tomando como referência as 14 variáveis analisadas.¹⁹

Na perspetiva dos investigadores da UNICEF, a análise da pobreza entre as crianças é feita, considerando para tal, fatores como a situação financeira, habitacional, alimentação, vestuário, educação, tempos livres, festas, amigos e viagens escolares. Estes investigadores consideram que para que as crianças sejam consideradas pobres, basta que estejam privadas de duas das catorze variáveis base consideradas na investigação.

Os autores dão como exemplos a privação de acesso a três refeições diárias, devendo ser pelo menos uma delas de carne ou de peixe, ter em casa livros educativos, praticar atividades como a natação; ter um espaço sossegado para fazer os trabalhos de casa; ter acesso à internet; ter dinheiro para visitas de estudo.

Nesta análise, o estudo coloca Portugal no 25.º Lugar entre 27 países. Este facto é bastante elucidativo quanto à situação de pobreza em que Portugal se encontra.

De acordo com esta investigação, 1,2% das crianças portuguesas em 2009 encontram-se privadas de 11 ou mais das variáveis consideradas no estudo. No entanto verificou-se que o maior problema colocava-se fundamentalmente ao nível financeiro, tendo-se verificado que este atingia cerca de 43,3% das crianças, secundarizado por questões relacionadas com os tempos livres, que afeta 29,4% da população infantil. Sabe-se no entanto, que mesmo entre a população infantil muitas das crianças não têm acesso aos A.T.L's. das escolas. Esta defronta-

¹⁹ In Amaral, Paulo Alexandre, RTP – 29 de Maio de 2012

se com dificuldades de acesso a estes espaços durante as férias escolares, já que em muitos casos estes encontram-se inseridos nos espaços letivos, não coincidindo ou por vezes sendo incompatíveis com as férias dos progenitores.

Em termos alimentares verifica-se que em Portugal, 6,4% das crianças são atingidas por problemas de alimentação, 3,3% não comem carne, 3% estão privadas de fruta e 1,5% não faz três refeições por dia²⁰.

Este estudo permite levantar várias questões, como sejam as consequências da existência de crianças pobres. Os baixos níveis de escolaridade e de qualificações profissionais, contribuem para que estas crianças quando adultas tenham dificuldades de inserção no mercado de trabalho e uma cidadania comprometida.

É nas crianças que o aprofundamento da pobreza mais se faz sentir.

Cabe aqui enfatizar a forte incidência de situações de pobreza vivenciadas por famílias monoparentais, em que a incidência da pobreza atinge níveis preocupantes. No entanto, são as famílias nucleares que mais contribuem para as taxas de pobreza sendo que esta regista maior incidência naquelas que têm três ou mais filhos, o que contribui para a manutenção de situações de pobreza por longos períodos temporais.

²⁰ Bastos, Amélia; Machado, Carla; Passos, José in Estudos – Algumas Notas sobre Pobreza Infantil em Portugal, desenvolvido pelos autores deste artigo para o GEP/ MTSS.

CAPÍTULO IV

4 - DA EMERGÊNCIA DA AÇÃO SOCIAL AO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

4.1. A Génese e Evolução da Ação Social

A Ação Social tal como se apresenta hoje é relativamente recente, pois esta apenas surge enquanto tal a partir da década de 80, já enquadrada no atual sistema de Segurança Social, que apenas emerge após o 25 de abril de 1974.

Neste contexto, faz sentido questionarmo-nos nos seguintes termos: como era antes desta data? Todos os indivíduos estavam abandonados à sua sorte? A resposta é negativa. Embora num contexto completamente diferente do atual, o “direito à assistência pública” surgiu consagrado na Constituição Republicana Portuguesa em 1911, ano em que a 25 de maio foi criado o Fundo Nacional de Assistência e a Direcção-Geral da Saúde.

Mais tarde, a Constituição Portuguesa de 1933 já não consagrou o “direito” à assistência pública, ainda que imputasse ao Estado “coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais”. A este propósito, cabia ao Estado “defender a saúde pública”, “assegurar a defesa da família”, “proteger a maternidade” e “zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível compatível com a dignidade humana”.

Só em 1934, a quando do I Congresso da União Nacional se iniciou uma discussão aprofundada sobre a assistência pública. Foi neste congresso que ficou definido o papel “supletivo” da Igreja Católica. Nele esteve presente a condessa de Rilvas, que para além de ter proposto a criação da Escola de Serviço Social, considerou igualmente ser da responsabilidade da sociedade civil a assistência aos “anormais físicos e sociais” uma obrigação da sociedade como meio de legítima defesa contra a “degenerescência da raça”.

A Assistência Social tinha na altura uma vertente preferencialmente preventiva ou recuperadora, sendo que devia ser prestada a coordenação com a previdência e com os

organismos corporativos, de forma a não favorecer a “preguiça” ou a “pedinchice”, tendo fundamentalmente em vista “o aperfeiçoamento da pessoa e da família”.²¹

Uma outra vertente da assistência relacionava-se com a vertente familiar. O Estado propunha-se então favorecer a regular constituição da família e o desempenho da função educativa, dispondo-se para tal a conceder subsídios provisórios, bem como meios de desempenho laboral aos “chefes de família”, substituindo-se a estes apenas em situações de orfandade e na proteção de ascendentes ou descendentes desprovidos de meios de subsistência.

Neste contexto, Henrique Medina Carreira²² considera existirem no sistema de previdência social instituído em 1935 cinco princípios fundamentais. São eles:

- 1.º respeito à defesa contra os riscos da vida social, que incumba à iniciativa privada, aos indivíduos, às famílias e aos corpos sociais;
- 2.º conferir ao Estado a função de suprir e integrar as faltas de ação privada neste domínio;
- 3.º reconhecia a relevância da ação supletiva, coordenadora e de direção do Estado sem implicar a gestão direta por este;
- 4.º aponta o sistema de capitalização pura como tendencial;
- 5.º reflete a essência do seguro, constituindo obrigação a inscrição e respetiva contribuição;
- 6.º visa a progressiva generalização da segurança social.

Após 30 anos em que se constatou um progressivo desenvolvimento do sistema de previdência, foi em 1943 que o governo de então reconheceu que a expansão da previdência social era escassa, pois em 1942 apenas existiam 77 000 beneficiários numa população ativa potencialmente integrável de 1,3 milhões de trabalhadores, ou seja 6%, tendo chamado a si a criação de caixas de reforma ou de previdência (Henrique Medina Carreira, op. cit.p.17).

Nos finais dos anos 50 para a indústria, comércio e serviços, as prestações da previdência social cobriam os riscos de doença (60% do salário durante 270 dias), invalidez (pensões de

²¹ Pimentel, Irene Flunzer in “Análise Social, vol. XXXIV (151-152), 2000, 477-508 pp.480

²² Carreira, Henrique Medina in “O Estado e a Segurança Social, (Org. António Barreto, Lisboa, Cadernos Público, n.º 4, 1996, p.17)

2% do salário médio por ano de contribuição com o limite de 80%), velhice (65 a 70 anos), morte (em regra seis meses da remuneração média dos últimos dez anos paga por uma só vez e encargos familiares – abono de família por cada descendente ou ascendente –, subsídio de casamento (500\$00), de nascimento (200\$00) e de aleitação (50\$00 por filho nos primeiros oito meses). As pensões de sobrevivência só eram atribuídas por algumas caixas de previdência (pessoal ferroviário, da marinha mercante, dos transportes coletivos do Porto e empregados de assistência).

A década de 60 é marcada pela reforma da Previdência Social de 1962, implementada pela Lei 2115 de 18 de junho de 1962, que havia sido cuidadosamente preparada e longamente discutida durante os cinco anos antecedentes à sua aprovação (Carolo, 2006). Esta foi, no entanto, uma reforma que perdurou muito para além da data assumida em Portugal como a data de todas as mudanças, ou seja, 25 de abril de 1974. Chegou mesmo a perdurar durante um período de dez anos, pelo que se estende até 1984, ano em que entrou em vigor a primeira Lei de Bases da Segurança Social e que pela primeira vez implementa a Ação Social, com as características hoje conhecidas e que seguidamente será objeto de análise.

4.2. A Criação e Evolução da Ação Social Clássica

A Ação Social em Portugal nem sempre se apresentou nos atuais moldes. Esta teve o seu início na década de 80 do século passado, sendo que foi implementada pela Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 28/84 de 14 de agosto).

É esta a primeira Lei de Bases da Segurança Social que consagra a coexistência dos regimes contributivo e não contributivo, consagrando nestes regimes determinados direitos de carácter personalizado. O desenvolvimento da Ação Social deve orientar-se para a integração de prestações no campo da aplicação material dos regimes da Segurança Social.

A Ação Social tem como objetivos fundamentais a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social bem como a integração comunitária.

A Ação Social tem como finalidade igualmente assegurar a proteção especialmente aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, crianças e idosos, assim como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, sob o efeito de disfunção ou marginalização social, se estas situações não forem passíveis de ser ultrapassadas através dos regimes de Segurança Social.

As prestações de Ação Social obedecem a prioridades e diretrizes estabelecidas pelo Governo, tendo em vista:

- a) a satisfação das necessidades básicas das pessoas e das famílias mais carenciadas;
- b) a eliminação de sobreposições de atuação, bem como das assimetrias geográficas na implementação de serviços e equipamentos ;
- c) a diversidade das prestações de Ação Social de modo a permitir o adequado desenvolvimento das formas de apoio social direto às famílias;
- d) a garantia de igualdade e tratamento dos potenciais beneficiários

A Ação Social surge assim como um instrumento de prevenção das desigualdades e da exclusão, bem como da criação de condições que contribuam para a sua redução e/ou eliminação.

A Ação Social funciona pois como instrumento utilizado sob a forma de prestação pecuniária através do acesso a equipamentos de crianças, jovens, pessoas com deficiência, pessoas idosas e mais recentemente também para pessoas com toxicod dependência, pessoas sem-abrigo e pessoas em situação de dependência.

4.3. A Génese e Percurso do R.M.G. em Portugal

A ideia da criação de um montante mínimo pecuniário destinado a pessoas que estejam desprovidas de quaisquer rendimentos que permita aos indivíduos e às famílias enfrentar situações de subsistência e de carência alimentar não é nova nem emergente das políticas sociais nacionais.

Os dispositivos com estas características remontam há algumas décadas. Surgem na Dinamarca, na Alemanha e nos Países Baixos onde foram criados em 1961, 1962 e 1963 respetivamente. Já em 1948 o Reino Unido introduziu um sistema que adquire características de um rendimento mínimo ainda que com maior desenvolvimento nos anos 60. A Bélgica cria o Minimex em 1974. Mais recentemente foi o Luxemburgo a criar o seu rendimento mínimo, e por último foi a França que em 1988 criou sua prestação.

É da progressiva consciencialização deste facto que, em finais do ano 1992, “ao cair do pano” da presidência portuguesa aa União Europeia, através da “recomendação 92/441/CEE de 24 de junho de 1992, relativa a critérios comuns respeitantes a recursos e prestações

suficientes nos sistemas de proteção social (JO n.ºL245 de 26.8.1992, pp.46 ss)²³, que esta estrutura europeia recomenda a todos os Estados Membros a criação de um subsídio com estas características, com a finalidade de criar um instrumento coerente de luta contra a exclusão social, o direito dos indivíduos a recursos e prestações que lhes permitam viver em conformidade com a dignidade humana e adaptem os seus respetivos sistemas de proteção social, sempre que necessário.

É neste contexto que a medida surge em Portugal como necessária. Verifica-se, assim, que esta medida não foi apenas implementada por iniciativa do Estado português mas também impulsionada pela recomendação europeia supra citada.

No âmbito desta recomendação muitas discussões e debates surgiram na sociedade portuguesa sobre a oportunidade desta medida e a sua adaptação à sociedade portuguesa. Questionava-se então se Portugal teria ou não estrutura económica capaz de responder a este desafio e se a população portuguesa não se iria acomodar a situações laxistas, ao invés de quem exercia uma atividade laboral. Estava então no poder um governo chefiado pelo Partido Socialista que direcionava todos os seus discursos para as preocupações sociais e para a exclusão social. Na época, o partido supracitado teve mesmo como *slogan* eleitoral “razão e coração”, que pretendia dar uma dimensão humanista à futura governação.

É neste enquadramento que, com a tomada de posse do XIII Governo Constitucional liderado pelo Partido Socialista no final de 1995, se iniciam as consultas e diligências com vista à implementação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG).

O Rendimento Mínimo Garantido foi então regulamentado pela lei 19-A/96. Esta medida compreendia uma prestação pecuniária que era (e ainda é) direcionada para uma população alvo em situação de carência, estivesse esta afeta ou não ao regime contributivo.

À data, esta era considerada uma medida pioneira que pretendia inaugurar uma nova geração de políticas sociais ativas em Portugal.

Antes da implementação desta medida no país, a mesma passou por um tempo experimental que decorreu entre julho de 1996 e junho de 1997, data em que se generalizou a

²³ In Guibentif, Pierre – Bouget, Denis - Políticas do Rendimento Mínimo na União Europeia, pp.2

todo o território nacional. Esta é, pois, uma medida que inaugura duas vertentes no âmbito dos apoios sociais: prestação e inserção.²⁴

É a lei 13/2003 que cria o Rendimento Social de Inserção com o argumento de pretender conferir à prestação um carácter mais provisório e transitório, deixando, assim, cair a qualificação “garantido” de forma a retirar-lhe a conotação de uma prestação com carácter permanente, extinguindo assim o Rendimento Mínimo Garantido.

O Rendimento Social de Inserção “é uma prestação incluída no subsistema de solidariedade complementado com um programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribua para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreça a sua progressiva inserção social, laboral e comunitária”²⁵

Com a presente lei pretende-se inserir os indivíduos na sociedade. No entanto, neste trabalho não cabe dissertar sobre a inserção social em sentido lato. Importa, sim, compreender de que forma a medida de R.S.I contribui para a “integração profissional” dos beneficiários da mesma. A este propósito refere Amílcar Manuel Reis Moreira²⁶ “O RMG vem gerar a renovação do papel do Estado enquanto produtor de políticas sociais. Desta forma, em vez de centralizado e burocratizado como vem sendo característico, o RMG assenta numa estrutura descentralizada onde encontramos as Comissões Locais de Acompanhamento que articulam o poder local, os representantes dos ministérios ligados à educação, emprego ou saúde e finalmente os representantes da sociedade civil. Nesta perspetiva não só se valoriza o papel do Estado enquanto promotor de solidariedade social, favorecendo ainda a integração das várias políticas sectoriais, como se promove o envolvimento de toda a comunidade na garantia do direito de inserção”.

Verifica-se, assim, que a medida do RSI vem trazer à intervenção social uma lógica completamente distinta da lógica assistencialista em que, como verificámos anteriormente,

²⁴ In <http://www.cnrsi.pt> – nota histórica – pp.1

²⁵ In Manual de Formação “Alterações ao Regime Jurídico do RSI – Instituto de Segurança Social, I.P. – Serviços Centrais (DPC/DCGC/DDSP/DF)

²⁶ Moreira, Amílcar Manuel Reis in “Inserção Profissional dos Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido - IV Congresso de Sociologia pp.8

residia no apoio do Estado ao cidadão, de acordo com a sua disponibilidade financeira e com a necessidade do indivíduo em situação de carência, contratualizando com os beneficiários estratégias e objetivos de intervenção com vista à integração dos mesmos.

O autor²⁷ coloca, no entanto, uma questão que se torna pertinente: "Conseguirá o Estado ultrapassar a lógica assistencialista que tem marcado a sua ação perante os cidadãos?"

Na sequência da questão levantada no parágrafo anterior pode-se refletir sobre se a intervenção do Estado no âmbito da ação social necessita ou não de ser repensada, em termos de promover um maior envolvimento e compromisso dos beneficiários da ação social, promovendo a contratualização como obrigatória, de uma ou mais ações, que possam levar à alteração da situação de carência, à luz do que é operacionalizado com os beneficiários do RSI.

É neste contexto que surge, integrada no processo de integração social, a figura do "Contrato de Inserção Social", que se caracteriza como "um conjunto de deveres e de direitos ao titular do rendimento social de inserção e aos membros do seu agregado familiar". É de referir que neste trabalho nos iremos debruçar de forma particular na integração dos beneficiários na formação profissional e no emprego.

²⁷ Idem

CAPÍTULO V

5 - A EMERGÊNCIA, EVOLUÇÃO E AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO EM PORTUGAL

5.1 - O Desenho da Medida de Rendimento Mínimo Garantido e Resumo dos Dados Estatísticos Comparativos em 1991, 2001 e 2011

A ideia de garantir um mínimo de capacidade económica para a subsistência já não é recente. A mesma remonta ao século XVIII e à proposta apresentada por Thomas Paine de assegurar, mediante a tributação da grande propriedade fundiária a todos os cidadãos que lhes permitisse fugir à indigência e exercer efetivamente os direitos que a Revolução Francesa declarava universais.

No entanto só em 1992 foi recomendado a todos os Estados Membros da União Europeia o reconhecimento, “no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana, e conseqüentemente, adotem o respetivo sistema de proteção social, sempre que necessário”.

Foi com o início de funções do XIII Governo Constitucional, que no final de 1995, foi criada a Medida do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) pela lei 19A/96 de 21 de maio, iniciando o seu caminho pioneiro em Portugal como uma nova geração de políticas sociais ativas que, até então, ainda não se haviam verificado.

Esta medida teve um primeiro período experimental que decorreu entre julho de 1996 e junho de 1997, após o qual se assiste à generalização da medida do Rendimento Mínimo Garantido em Portugal a 1 de julho de 1997. Foi no entanto em maio de 2003 que a lei 19-A/96 de 29 de maio foi revogada para dar lugar à implementação da Lei n.º 13/2003, assumindo a designação de Rendimento Social de Inserção, tal como hoje a conhecemos.

Esta é, pois, uma medida de política social que pretende ser facilitadora da integração social dos cidadãos procurando assim facilitar a conjugação de um binómio fundamental: Prestação e Inserção.

Na opinião de Roberto Castel, o Rendimento Mínimo apresenta duas características que o tornam diferentes das práticas sociais anteriormente em vigor. Pela primeira vez na história a prática social deixa de ser feita à distância para passar a ser exercida com uma maior proximidade à população alvo, esteja ou não esta apta para o exercício da atividade laboral.

Segundo Isabel Guerra o Rendimento Mínimo Garantido implica também uma responsabilização da sociedade civil. Para si, esta medida é uma forma personalizada de procurar solucionar ao nível local problemas que ao nível nacional não se afiguram facilmente resolúveis, pois esta dimensão macro dificulta a sua deteção

Sendo a pobreza uma realidade localizada e focalizada, esta deve ser objeto de análise tendo em vista a procura de soluções para a mesma, segundo a lógica que preside à atribuição e gestão da prestação inerente ao Rendimento Mínimo Garantido. Esta medida pressupõe igualmente o desenvolvimento de um trabalho social de parceria da Segurança Social enquanto promotora com outras entidades parceiras, tais como Centro de Saúde, Escolas, Instituto de Emprego e Formação Profissional, bem como com outras áreas que em cada caso se possa considerar pertinente para o favorecimento da integração social dos indivíduos beneficiários desta prestação, como até então nunca se havia verificado.

Estas características são consideradas por Isabel Guerra das maiores originalidades e virtudes do Rendimento Mínimo Garantido. Neste contexto, Robert Castel chama a atenção entre os riscos relacionados com a individualização ou personificação.²⁸

Neste âmbito, faz sentido proceder à avaliação do período experimental que terminou no ano de 1997.

²⁸ Sá, Teresa, in Rendimento Mínimo Garantido: Um Rendimento que Incomoda? Janeiro 2003

CAPÍTULO VI

6. - FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO CONCELHO DE ALENQUER

6.1. - População Residente por Grupos Etários

Neste item pretende-se realizar uma análise etária evolutiva do concelho de Alenquer em três momentos distintos. São eles 1991, 2001 e 2011. Neste contexto ir-se-á proceder a uma análise comparativa dos vários intervalos etários com o propósito de compreender a dinâmica evolutiva populacional. Far-se-á, no entanto, um breve historial que permita uma melhor compreensão desta evolução.

No concelho de Alenquer, durante a transição da década de 60 para 70, assistiu-se a uma diminuição da população que poderá ser atribuída fundamentalmente à emigração dos seus residentes para as ex-colónias. Este agregado populacional sofre um aumento na década de 80, sendo que em 1991 volta a diminuir, ainda que de forma pouco significativa. No entanto, entre a década de 1990 e 2000 constata-se um aumento populacional no concelho na ordem dos 15%.

Proceder-se-á a uma análise comparativa dos dados nos momentos supra citados. Esta será efetuada compartimentando os intervalos etários em quatro grupos distintos: 0-14; 15-24; 25-64 e 65 e mais anos.

No intervalo etário entre os 0-14 anos constata-se um decréscimo populacional de dois pontos percentuais, passando a representar 15,8% da população em 2001 contra 17,8% em 1991. Durante este período constata-se uma diminuição da população adolescente e jovem no concelho de 14,4% para 13,2%, verificando-se assim uma diminuição populacional de 1,2% dos indivíduos integrados nesta faixa etária. Entre os 15 e os 24 anos assiste-se a um decréscimo populacional. É pois neste intervalo etário em que se integram os indivíduos no começo da idade ativa. No entanto, como mais adiante se constatará, o início da idade ativa no concelho de Alenquer iniciava-se com jovens detentores de baixas qualificações observando-se no entanto uma tendência de inversão da situação presente, na medida em que nos anos mais recentes se tem vindo a consolidar a percentagem dos indivíduos integrados nesta faixa etária detentores de mais qualificações escolares. Este é, pois, um indicador importante que pode vir a constituir um melhor nível de vida da população residente. É, no entanto, no

intervalo etário compreendido entre os 25 e os 64 anos que se concentra 53,7% da população residente no concelho, embora a cerca de metade da população ativa desempregada se encontre entre os 35 e os 54 anos, como mais adiante se verificará.

Em 2011 o concelho de Alenquer congrega 0,40% da população portuguesa. Importa, no entanto, proceder a uma análise mais detalhada da atualização da população residente. Quanto ao género, constata-se que esta é constituída por 48,68% de homens e 51,32% de mulheres. Observa-se que estes números se encontram em linha com a média nacional que regista a existência de 47,79% de homens e 52,21% de mulheres.

Já quando se compartimenta esta população por grupos etários verifica-se que entre os 0-14 anos estão 16,67% dos habitantes de Alenquer, sendo que destes, 51,55% são do género masculino e 48,45% do género feminino. Relativamente ao grupo etário entre os 15 e os 24 anos existem 9,70% dos indivíduos, sendo que destes 50,26% são do género masculino e 49,74% do género feminino. Quanto aos dois últimos intervalos etários, constata-se que, nestes, entre os 25 e os 64 anos, 49,29% são homens e 50,71% são mulheres, situando-se este grupo etário num intervalo habitualmente designado como população ativa, o que mostra que o concelho de Alenquer é constituído por uma população com idade para desenvolver uma atividade laboral. Por último, na população com idade superior aos 65 anos constata-se que esta se enquadra na 3.^a idade onde se encontra 17,87% da população residente. Por observação estatística pode-se concluir que a percentagem de crianças e idosos tem uma estrutura etária muito semelhante, com 16,67% e 17,87% respetivamente, sendo que a maior percentagem populacional do concelho se enquadra na idade adulta e ativa. É, pois, neste contexto que toma uma capital importância a vertente da escolaridade, na medida em que é esta que contribui para o desenvolvimento socioeconómico da comunidade local, bem como para a implementação e desenvolvimento de atividades socioeconómicas mais exigentes e especializadas.

6.2 – A Realidade do R.S.I. no Concelho de Alenquer

Ao proceder à análise e avaliação dos dados no concelho de Alenquer importa compreender a sua evolução, para que assim se torne possível proceder a uma confrontação com o que se passa no presente, pois só assim se torna possível proceder a uma análise objetiva.

Ao analisarem-se os dados referentes ao ano de 1998 relativos ao então RMG, verifica-se que neste concelho, no período temporal compreendido entre 1998 e 2001, houve um

crescente número de processos entrados, sendo a sua percentagem inicial de 15,2% no ano de 1998 e de 33,8% no ano 2001, constatando-se portanto um aumento de processos de 18,6%. Estes dados encontram-se registados no seguinte quadro:

Quadro 6.1 – Processos de RMG do Concelho de Alenquer entrados entre 1998 e 2001

Anos	Processos	%
1998	494	15,2
1999	787	24,2
2000	870	26,8
2001	1 100	33,8
Total	3 251	100,0

Fonte: NLI – Concelho de Alenquer, 2002

Ao delimitar-se a observação ao período temporal entre 1998 e 2001 e ao observar os dados estatísticos relativos aos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, sente-se a necessidade de conhecer melhor a estrutura populacional do concelho de Alenquer que dele afere.

Neste contexto importa analisar a estrutura etária. Neste âmbito, é possível constatar que esta é uma população que tem tido uma propensão ao envelhecimento entre os anos de 1960 e 2011. Verifica-se o aumento do peso da faixa etária com 65 e mais anos em 164%, onde se assiste a uma redução da faixa etária da população mais jovem com idade inferior a 14 anos que teve um decréscimo de 15,5%.

Durante este período assiste-se, portanto, a uma perda de população no escalão entre os 15 e os 24 anos, enquanto para o mesmo período temporal o escalão dos 25-64 anos foi onde se verificou o maior aumento, atingindo este estrato etário 55,6% da população concelhia em 2011. No entanto, estes dados não permitem afirmar que este é um concelho envelhecido, na medida em que 65,8% da população se encontra em idade ativa, ou seja, entre os 15 e os 64 anos.

Analisados estes fatores pretende-se estabelecer uma comparação dos valores registados entre os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido em 2001 e os do Rendimento Social de Inserção em 2011 neste concelho.

Neste contexto analisemos então os quadros seguintes:

Quadro 6.2 – Análise Comparativa dos Beneficiários de RSI por tipos de Família

A.F. Beneficiários R.M.G. - 2001				Beneficiários R.S.I. – 2011		
Tipo de Famílias	Agregados	%		Tipo de Famílias	Agregados	%
Nuclear sem Filhos	75	23,9		Nuclear sem Filhos	10	5,65
Nuclear com Filhos	72	22,9		Nuclear com Filhos	64	36,15
Monoparental Feminina	62	19,4		Monoparental	51	28,83
Monoparental Masculina	9	2,9				
Composta	9	2,9		Composta	-	-
Isolada – Mulher	61	19,4		Isolada	52	29,37
Isolada – Homem	27	8,6				
Total	314	100,0		Total	177	100,00

Fonte: Instituto de Segurança Social

A observação deste quadro permite proceder a uma análise comparativa das famílias beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido em 2001 bem como das beneficiárias do Rendimento Social de Inserção e das alterações sofridas durante este período temporal. As únicas famílias em que se observa uma diminuição na percentagem dos beneficiários desta medida de proteção social são nas famílias nucleares sem filhos, pois relativamente às restantes observa-se um aumento dos beneficiários. Este facto é compreensível na medida em

que basta que numa determinada situação um dos membros do casal passe a exercer atividade laboral, para que toda a família perca o direito à prestação por rendimentos superiores. Acresce ainda que a não existência de filhos também facilita a integração profissional de qualquer dos membros do casal, criando desta forma condições de autonomização relativamente à prestação recebida. Em todos os outros tipos de agregados constata-se um aumento das famílias beneficiárias desta mesma medida. Uma outra situação em que se podem alterar as condições de atribuição da prestação é pela autonomização económica dos filhos, e/ou pela sua saída do agregado familiar

Outro dos fatores que influencia este acréscimo prende-se com uma continuada degradação das condições de vida das pessoas devido a uma progressiva deterioração das condições de vida das famílias.

As famílias nucleares com ou sem filhos são o tipo mais frequente entre os beneficiários do Rendimento Mínimo. No entanto, a mesma análise já não é válida para o Rendimento Social de Inserção onde se verifica uma diminuição muito significativa, especialmente das famílias nucleares sem filhos. Uma das explicações mais plausíveis para esta diferença é o acentuar das dificuldades económicas das famílias e a consequente opção dos casais pela não natalidade.

Relativamente às famílias monoparentais, assiste-se também a um aumento da percentagem das mesmas, pois se no ano de 2001 se verificava uma percentagem de famílias monoparentais de 22,3%, esta eleva-se para 28,8% em 2011.

Quanto às famílias isoladas verifica-se que em 2001 a percentagem de famílias beneficiárias da prestação do Rendimento Mínimo Garantido se situa nos 28% e no Rendimento Social de Inserção se situa nos 29,37% o que reflete um ligeiro aumento deste tipo de famílias que pode ter origem em variadíssimas razões que não cabe aqui analisar, como sejam a viuvez, divórcios, e separações de facto motivadas por razões diversas.

Ao efetuar uma análise estatística dos dados relativos ao Rendimento Mínimo Garantido, posteriormente designado como Rendimento Social de Inserção, importa compreender qual é a população que se está a estudar. Assim sendo, começar-se-á por uma breve reflexão sobre a evolução dos índices de dependência da população residente no concelho de Alenquer entre os anos 1960 e 2001.

6.3 - A Inserção Profissional no Concelho de Alenquer

Embora o RSI tenha como finalidade a integração social dos beneficiários de R.S.I. no seu todo, o presente estudo tem como objetivo apenas compreender em que medida esta prestação contribui para a integração profissional dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

No âmbito do RSI a Segurança Social tem como parceiros neste concelho a Santa Casa de Misericórdia da Merceana, com a qual tem um protocolo sendo que esta tem como colaboradores neste âmbito dois técnicos superiores Gestores, duas Ajudantes de Ação Direta e uma Educadora Social para acompanhar 140 famílias residentes no perímetro das 16 freguesias do concelho.

A fim de facilitar a integração social no âmbito desta medida existe na lei a figura do NLI (Núcleo Local de Inserção), a quem compete a elaboração do contrato de inserção. O contrato de inserção deve conter os objetivos a atingir, as ações que se perspectivam como adequadas ao cumprimento dos mesmos, bem como a inventariação e a origem dos meios necessários à sua efetiva realização, por referência ao conjunto do agregado familiar, e especificamente a cada um dos seus membros. Deste órgão fazem parte representantes de cada sector a quem compete acompanhar o desenvolvimento das ações previstas no contrato de inserção que enquadra a respetiva área de intervenção, assegurando, nomeadamente, a transmissão de informação ao NLI. Qualquer alteração ao contrato de inserção deve ser comunicada pelo técnico de acompanhamento.

Após este breve enquadramento cabe objetivar a realidade do concelho de Alenquer, sendo que é este o objeto de estudo. Assim, o NLI de Alenquer integra os seguintes parceiros: Câmara Municipal, Ministério da Educação, Centro de Saúde de Alenquer, Centro de Emprego de Torres Vedras, e Segurança Social.

No ano transato vários foram os fatores identificados que inviabilizaram a Inserção dos Beneficiários, tendo este NLI identificado os seguintes:

1. Baixa escolaridade dos beneficiários;
2. Baixo nível de competências pessoais dos beneficiários;
3. Desajustamento entre as respostas sociais de inserção e perfil/competências dos beneficiários;

4. Rede de transportes deficitária que inviabiliza a integração social, educacional e profissional

6.4 - Dispersão geográfica (16 freguesias) e isolamento social de alguns beneficiários

Tendo em vista o acompanhamento de 140 agregados familiares, a Segurança Social tem vindo a desenvolver a colaboração com a Câmara Municipal de Alenquer, sendo que esta disponibiliza um técnico de serviço social para acompanhar 60 agregados familiares na freguesia de Carregado. Neste âmbito o NLI irá investir na contratualização a 100%, e no acompanhamento efetivo dos beneficiários durante o seu percurso de inserção.

Com uma maior aposta no acompanhamento efetivo dos beneficiários no seu percurso de inserção pretende-se:

- Aumentar a contratualização com os beneficiários do RSI e o conseqüente acompanhamento no seu percurso de inserção;
- Prosseguir com a oferta de formação de Competências Básicas;
- Prosseguir com a inserção no mercado de trabalho e / ou CEI +, bem como investir na Formação Profissional;
- Promover a facilitação dos beneficiários aos cuidados de saúde;
- Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais aos beneficiários desta medida.

A fim de concretizar estes objetivos, mas tendo em vista a integração profissional destes beneficiários, o NLI assinou 158 acordos de inserção, sendo que 1 foi na área do Contrato de Emprego-Inserção e 157 no âmbito da colocação em mercado de trabalho, o que totaliza 158 colocações durante o ano de 2011.

6.5. - Evolução dos Índices de Dependência no Concelho de Alenquer²⁹

Ao analisar o índice de dependência no concelho delimitar-se-á o período temporal entre os anos 1960 e 2001. Verifica-se que em 1960 o índice de jovens em situação de dependência era

²⁹ In Diagnóstico Social do Conselho de Alenquer 2001, pp.20

de 37,8%, baixando para 23,6% em 2001, registrando assim um decréscimo de 14,2%. No entanto, ao restringir-se a análise ao intervalo temporal entre 1991 e 2001, observa-se uma diminuição do índice de dependência de 3,3% entre os jovens, ao invés dos idosos, em que se constata um aumento do índice de dependência de 1,6%. No entanto, no espaço de uma década constata-se o aumento dos índices de dependência nos jovens e nos idosos. Relativamente ao índice de dependência total de 49,4% constituindo desta forma um indicador bastante elevado.

Ao nível do indicador de vitalidade, verifica-se que este tem aumentado ao longo das décadas. Em 1960 verificava-se a predominância de uma população maioritariamente jovem, registrando-se a existência de 100 jovens por cada 30 idosos. No entanto, ao analisar esta situação em 2001, constata-se que a mesma se inverteu drasticamente, passando a registar-se um rácio de 100 jovens para cerca de 110 idosos.

Quanto ao nível etário, verifica-se que, de um modo geral, estamos em presença de uma população predisposta ao envelhecimento, o que mostra que entre os anos de 1960 e 2001 se assiste ao aumento da faixa etária superior a 65 anos em 164,4% e a uma redução do peso da faixa etária mais jovem (-15,5%) de residentes com menos de 14 anos.

É, no entanto, assinalável que, em 2011, 65,8% da população residente no concelho se encontra em idade ativa. Em termos etários verifica-se um rejuvenescimento da população, uma vez que a população jovem aumentou 15,3% no período temporal compreendido entre 2001 e 2011. Prova disto é que, apesar do número de idosos ter aumentado no mesmo período temporal, o ritmo deste tem vindo a registar uma diminuição desde o ano de 1960, situando-se nos 12,8% entre 2001 e 2011.

No ano de 2011 o valor do índice de envelhecimento no concelho é 106,9%, o que significa que para cada 100 jovens com idade inferior a 15 anos existem 107 idosos³⁰.

Quanto ao envelhecimento populacional, este é confirmado pela análise relativa dos índices de Dependência de Jovens³¹ e idosos³². Relativamente aos indivíduos com idade

³⁰ In Diagnóstico Social do Conselho de Alenquer, 2011, pp.19

³¹ In O diagnóstico de Dependência de Jovens consiste no cálculo da relação entre a população jovem e a população em idade ativa. Define-se como análise do quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos

³² Idem

inferior aos 15 anos, o índice de dependência sofreu um aumento da ordem de 1,5% entre 2001 e 2011, registrando o valor de 25,1% no último ano em análise. Já quando se analisa o índice de Dependência da população idosa, verifica-se que esta registou um aumento de 1% entre os anos de 2001 e 2011, sendo que apresenta neste último ano um valor que ronda os 27%.

Desde 1960 que se vem acentuando o índice da população jovem no âmbito da população ativa do concelho, que em 2011 registou um aumento de 1,5 pontos percentuais.

Tem-se vindo a acentuar o peso da população ativa relativamente à população idosa.

Quadro 6-3 - Evolução dos Índices de Dependência

ANO	Índice de Dependência Jovens (%)	Índice de Dependência Idosos (%)
1960	37,8	12,9
1970	33,8	15,6
1981	33,1	20,1
1991	26,9	24,2
2001	23,6	25,8
2011	25,1	26,8

Fonte: INE, RECENSIAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO 1960 – 2011

A dependência não é a única situação que limita os indivíduos ao ponto destes necessitarem de cuidados especializados. A esta situação junta-se também a deficiência, problemática que será tratada seguidamente.

DEFICIÊNCIA

Ao falar-se de deficiência normalmente é-se levado a pensar num problema físico, num problema visual, num problema auditivo ou qualquer outro, visível ou não, a “olho nu”. No entanto, importa saber qual o significado científico desta problemática. Assim, segundo a Organização Mundial da Saúde “deficiência é o substantivo atribuído a toda a perda ou

normalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica. Refere-se portanto à biologia do ser humano”³³.

Assim, o que tem um ou mais problemas de funcionamento ou falta é designado deficiente “todo aquele de parte anatómica, embargando com isto dificuldades a vários níveis de locução, perceção, pensamento ou relação social”³⁴.

Segundo o Diagnóstico Social do concelho de Alenquer, elaborado no âmbito da Rede Social Local, têm sinalizado 311 residentes, sendo que estes se situam maioritariamente nas freguesias mais urbanas.

Quanto à caracterização das deficiências presentes no concelho verifica-se por ordem decrescente que a deficiência com maior incidência é a mental com 167 casos identificados, seguindo-se a deficiência motora com 84 casos identificados, com auditiva com 13 casos identificados e por fim a deficiência visual com 12 casos identificados ao nível concelhio. Portadoras de deficiências múltiplas estão identificadas 35 pessoas.

Em termos etários constata-se que esta é uma população com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (48%), situando-se todos os indivíduos identificados em idade ativa, sendo a maioria deste universo do género masculino (61,1%).

Verifica-se no entanto nos dados estatísticos dos Acordos de Inserção assinados no âmbito do RSI, que relativamente aos que se enquadram no âmbito da deficiência se encontram indivíduos em acolhimento Institucional ou Familiar e pessoas enquadradas em instituições, no âmbito das atividades ocupacionais – CAO.

DESEMPREGO

À luz do que acontece no país no seu todo, o desemprego é também um problema localizado em cada concelho, em cada freguesia, em cada família. Esta realidade abrange desde a realidade social macro à micro.

É, pois, neste contexto que este trabalho pretende focalizar a sua análise, de uma forma particular no concelho de Alenquer. Assim, segundo o IIEFP (Instituto de Emprego e

³³ In deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=13644332068

³⁴ idem

Formação Profissional), é possível confirmar que o desemprego constitui, de facto, um problema que aumentou entre 2004 e 2011 cerca de 48,5%. Se se quiser traduzir este número de uma forma mais concreta, verifica-se que, entre 2004 e 2011, em termos absolutos, este número aumentou de 1 445 para 2 146, o que se traduz numa taxa de desemprego de 7,5%.

Quanto aos escalões etários, é possível concluir que o mais afetado se situa entre os 35 e os 54 anos, com uma taxa de desemprego de 49,4% em 2011.

Relativamente à análise da população desempregada quanto ao género, verifica-se que a diferença não é significativa, sendo que 50,8% dos desempregados são do sexo feminino, sendo 49,2% do sexo masculino.

Ao analisar-se a escolaridade em que se enquadra a população desempregada do concelho, constata-se que 9,4% dos desempregados possuem o 12.º ano. O nível de escolaridade em que se verifica uma taxa de desemprego menos significativa coloca-se ao nível do 1.º ciclo, já que apenas 0,4% dos indivíduos do concelho com uma escolaridade inferior ao 1.º ciclo se encontra desempregada.

Outro problema existente, enquadrado na problemática do desemprego é a formação profissional. Neste âmbito, o concelho de Alenquer não tem resposta para as necessidades da população residente. Dado este facto, a autarquia dispõe-se a participar monetariamente no transporte de formandos que necessitem de se deslocar para fora do concelho a fim de frequentar formação profissional.

Este fenómeno prende-se com o facto de o concelho não dispor de condições infraestruturais a fim de desenvolver projetos formativos direcionados às necessidades sentidas pela população residente. É no entanto entendível que este facto contribua para que algumas das formações fiquem por frequentar pelas características deste concelho, nomeadamente por dois fatores muito concretos: São eles o deficit de transportes para fora do mesmo ser bastante significativo e as dificuldades económicas sentidas pela população também. No entanto, a autarquia neste âmbito participou nos transportes para formação profissional fora do concelho em 11 situações.

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

- População Residente por Grupos Etários

Neste item pretende-se realizar uma análise etária evolutiva do concelho de Alenquer em três momentos distintos. São eles 1991, 2001 e 2011. Neste contexto ir-se-á proceder a uma análise comparativa dos vários intervalos etários com o propósito de compreender a dinâmica evolutiva populacional. Far-se-á no entanto um breve historial que permita uma melhor compreensão desta evolução.

No concelho de Alenquer, durante a transição da década de 60 para 70, assistiu-se a uma diminuição da população que poderá ser atribuída fundamentalmente à emigração dos seus residentes para as ex-colónias. Este agregado populacional sofre um aumento na década de 80, sendo que em 1991 volta a diminuir, ainda que de forma pouco significativa. No entanto, entre as décadas de 1990 e 2000 constata-se um aumento populacional no concelho na ordem dos 15%.

Proceder-se-á a uma análise comparativa dos dados nos momentos supra citados. Esta será efetuada compartimentando os intervalos etários em quatro grupos distintos: 0-14; 15-24; 25-64 e 65 e mais anos.

No intervalo etário entre os 0-14 anos constata-se um decréscimo populacional de dois pontos percentuais, passando a representar 15,8% da população em 2001 contra 17,8% em 1991. Durante este período constata-se uma diminuição da população adolescente e jovem no concelho de 14,4% para 13,2%, verificando-se assim uma diminuição populacional de 1,2% dos indivíduos integrados nesta faixa etária. Entre os 15 e os 24 anos assiste-se a um decréscimo populacional. É, pois, neste intervalo etário que se integram os indivíduos no começo da idade ativa. No entanto, como mais adiante se constatará o início da idade ativa no concelho de Alenquer contrasta com o baixo nível de qualificações entre os jovens constatando-se no entanto uma tendência de inversão da situação presente, na medida em que nos anos mais recentes se tem vindo a consolidar a percentagem dos indivíduos integrados nesta faixa etária detentores de mais qualificações escolares. Este é, pois, um indicador importante que pode vir a constituir um melhor nível de vida da população residente. É, no entanto, no intervalo etário compreendido entre os 25 e os 64 anos que se concentra 53,7% da população residente no concelho, embora a cerca de metade da população ativa desempregada se encontre entre os 35 e os 54 anos, como mais adiante se verificará.

Em 2011 o concelho de Alenquer congrega 0,40% da população portuguesa. Importa no entanto, proceder a uma análise mais detalhada da atualização da população residente. Quanto ao género, constata-se que esta é constituída por 48,68% de homens e 51,32% de mulheres. Observa-se que estes números se encontram em linha com a média nacional que regista a existência de 47,79% de homens e 52,21% de mulheres.

Já quando se compartimenta esta população por grupos etários verifica-se que entre os 0-14 anos estão 16,67% dos habitantes de Alenquer, sendo que destes, 51,55% são do género masculino e 48,45% do género feminino. Relativamente ao grupo etário entre os 15 e os 24 anos existem 9,70% dos indivíduos, sendo que destes 50,26% são do género masculino e 49,74% do género feminino. Quanto aos dois últimos intervalos etários, constata-se que, nestes, entre os 25 e os 64 anos, 49,29% são homens e 50,71% são mulheres, situando-se este intervalo num grupo etário, habitualmente designado como população ativa, o que mostra que o concelho de Alenquer tem uma população predominantemente ativa. Por último, na população com idade superior aos 65 anos observa-se que nesta faixa etária se enquadra a 3.^a idade onde se encontra 17,87% da população residente. Por observação estatística pode-se concluir que a percentagem de crianças e idosos tem uma estrutura etária muito semelhante com 16,67% e 17,87% respetivamente, sendo que a maior percentagem populacional do concelho é adulta e em idade ativa. É, pois, neste contexto que toma uma capital importância a vertente da escolaridade, na medida em que é esta que contribui para o desenvolvimento socioeconómico da comunidade local, bem como para a implementação e desenvolvimento de atividades socioeconómicas mais exigentes e especializadas.

ESCOLARIDADE

Sendo o problema da empregabilidade um reflexo da conjuntura económica e social em que o país se encontra, não é menos verdade que este não o constitua por si só. O desemprego é igualmente um reflexo do processo educativo vigente no país e, por sua vez, em cada área geográfica por si. Deste modo, e concretamente no concelho de Alenquer, é predominante a população com uma escolaridade inferior ao 2.º ciclo, a qual constitui 46,7% da população do concelho, a par do 3.º ciclo de 44,2%. Quanto aos níveis de escolaridade pós-secundária e superior, ambas constituem juntas uma percentagem de 9,1%.

Quando se confrontam estes valores com os verificados a nível nacional constata-se que, segundo os Censos de 2011³⁵, apenas 12% da população possui o ensino superior completo, 13% o secundário, o que contrasta com os 19% da população sem qualquer nível de ensino. O maior peso da população desempregada situa-se entre os indivíduos com uma escolaridade ao nível do 12.º ano, que abrange 9,4% da população residente.

Após a análise dos dados que permitem avaliar a evolução dos dados estatísticos relativos às famílias beneficiárias de RMG/RSI, importa igualmente compreender a situação das famílias beneficiárias da medida, bem com o seu enquadramento perante a profissão.

Assim, importa analisar os dados estatísticos relativos às áreas em que foram assinados Acordos de Inserção, que contribuem para a integração profissional dos beneficiários de RSI.

A Inserção Profissional³⁶ deste grupo alvo do concelho de Alenquer no âmbito do emprego, destina-se fundamentalmente à população carenciada.

O Mercado Social de emprego, também designado como Contrato de Inserção+, destina-se concretamente aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e tem como objetivo promover a melhoria das competências socioprofissionais dos desempregados beneficiários desta prestação e proporcionar-lhes uma aproximação ao mercado de trabalho, mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras atividades.

Este contrato designa-se por “Contrato Emprego-Inserção” e enquadra-se num projeto tipo concebido pelo IEFP e destinado aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, sendo que estes contemplam atividades socialmente úteis, que satisfaçam atividades locais e regionais em atividades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período de 12 meses. Findo este período, as entidades que acolhem estes beneficiários podem proceder à contratação destes indivíduos, ou não, sendo que para tal habitualmente têm em conta vários fatores, entre eles, a necessidade ou não de proceder à contratação, o desempenho dos beneficiários aos vários níveis, sendo de realçar a pontualidade, as relações interpessoais, bem como a autonomia demonstrada no desempenho das tarefas que lhes estão atribuídas.

Este é um programa concebido e apoiado pelo IEFP, no qual são concedidos os seguintes apoios:

- Bolsa de ocupação mensal no valor do IAS*;

³⁵ In Jornal “Público” de 9-12-2012

³⁶ In www.ifp.pt

- Despesa de transporte;
- Subsídio de Alimentação;
- Seguro de Acidentes Pessoais

*Indexante aos apoios sociais (valor em 2012 =€419,22)

Neste contexto de Inserção o Mercado Social de Emprego, através do Contrato-Inserção, registou a integração de apenas um beneficiário durante o ano de 2011.

Ao atentar-se exclusivamente sobre a população beneficiária do RSI, verifica-se que no decurso do ano 2011 foram colocados em emprego 157 indivíduos³⁷. Independentemente deste número de colocações em emprego resultante de encaminhamento do IEF, foram também colocados mais 16 indivíduos, sendo que destes, dez foram colocados na Câmara Municipal de Alenquer, tendo 3 destes sido integrados nos quadros da autarquia.

No entanto, outras entidades que igualmente integraram beneficiários de R.S.I, foram a Santa Casa da Misericórdia da Merceana que integrou 5 indivíduos e a Junta de Freguesia da Merceana que integrou um indivíduo.

Ainda em termos de integração e tendo em vista uma futura integração profissional encontram-se em tratamento de alcoolismo 3 indivíduos, sendo que se trata de indivíduos que necessitam de um acompanhamento conjunto terapêutico e psicossocial, prestado pela equipa de protocolo do RSI.

Embora os dados referenciados nos parágrafos anteriores sejam os que assumem maior relevância relativamente à temática abordada no presente trabalho, não deixa de ser igualmente relevante a existência de indicadores que assumem uma elevada importância no trabalho social realizado neste concelho. Assim, com a perspectiva de facilitar promoção social dos indivíduos beneficiários do R.S.I., importa referenciar três vertentes de capital importância. São elas, o Acompanhamento e Educação Sociofamiliar a 138 famílias, em que se pretende ajudar as famílias a funcionar em grupo e a fazer a ponte com a comunidade, em diversos campos como sejam o trabalho, a escola, e as instituições de uma forma geral; promoção de 250 ações de apoio à organização da vida quotidiana, em que se proporciona aos indivíduos uma reflexão sobre a sua própria vida quotidiana, bem como as melhores estratégias para enfrentar as situações concretas; e 345 ações de apoio ao exercício de

³⁷ In Relatório Social do Conselho de Alenquer, pp.

cidadania, que pretendem contribuir para consciencializar os indivíduos dos seus direitos e deveres perante a sociedade.

No decurso deste capítulo importa proceder a uma caracterização específica do concelho de Alenquer em três momentos fundamentais. São eles 1991, 2001 e 2011. Nestes três momentos e em cada um em si mesmo proceder-se á à análise evolutiva da população residente. No decorrer da mesma irá ser efetuada uma análise dedutiva, ou seja, ir-se-á partir de uma análise mais global para uma análise mais pormenorizada, a fim de compreender da forma mais pormenorizada possível cada processo em análise.

Quadro 6.4 – Análise Cronológica e Nível de Escolaridade da População Residente no Concelho de Alenquer

Nível de Ensino	ANO 1991	ANO 2001	ANO 2011%
Não Sabe ler e Escrever	19,81%	14,7%	_____
Sabe ler e escrever sem nenhum grau de ensino	0,67%	14,8%	21,33%
1.º ciclo	48,68%	29,8%	25,42%
2.º ciclo	11,72%	12,9%	13,39%
3.º ciclo	9,51%	13,4%	16,88%
Ensino Secundário (Complementar)	6,76%	10,3%	13,89%
Ensino Médio	0,78%	0,4%	1,29%
Ensino Superior	2,05%	3,6%	7,80%

Fonte: Censos 1991; 2001 e 2011

Por observação do quadro supra constata-se uma evolução positiva ao longo das décadas, tendo como fonte o INE (Instituto Nacional de Estatística), e como referência os CENSOS relativos aos anos assinalados no quadro supra. Neste contexto constata-se que quanto ao primeiro item – Não sabe ler nem escrever – haver uma evolução positiva, quando

comparamos os anos 1991 e 2001 assistindo a uma diminuição de população nesta condição. No entanto a explicação para um aumento tão significativo da população enquadrada nestas condições prende-se com o facto de uma maior esperança de vida dos indivíduos. Quanto ao grupo dos indivíduos “sabe ler e escrever, sem nenhum grau de ensino”, constata-se um aumento muito elevado de indivíduos nestas condições que passam de 0,67% em 1991 para um valor de 14,8% em 2001, sendo de 21,33% o valor registado no CENSOS 2011, o que traduz um aumento muito significativo deste nível de ensino.

Relativamente ao 1.º ciclo constata-se uma diminuição progressiva dos indivíduos possuidores do primeiro ciclo de ensino básico assinalada nos vários Censos supra referenciados. Tal facto é positivo, na medida em que mostra que houve um aumento continuado na aposta na educação nos vários níveis de ensino, ainda que se constate que o crescimento ininterrupto dos indivíduos que sabem ler e escrever, não são detentores formais de qualquer grau de ensino. A constatação deste fenómeno é o facto de se verificar uma subida sustentada dos indivíduos que frequentam os sucessivos níveis de ensino sequenciais a este. É muito motivador observar que quanto maior é o nível de ensino tanto mais se constata um significativo aumento. No entanto, cabe aqui referir que quanto ao ensino médio o CENSOS 2001 constata a diminuição para quase metade dos indivíduos possuidores do ensino médio relativamente ao CENSOS 1991, voltando este e registar um aumento significativo em 2011. Tal variação deve-se ao facto de, durante a década de 90, ter sido retirada importância ao ensino profissional, focalizando-se mais os jovens no ensino universitário.

Número e Tipologia das Famílias

Ao analisar o contributo do Rendimento Social de Inserção determinado enquanto medida facilitadora da inserção profissional dos beneficiários desta prestação e consequente integração no mercado de trabalho no concelho de Alenquer, importa conhecer para além da sua estrutura populacional, a sua estrutura familiar.

Ao proceder-se a uma análise mais detalhada da estrutura familiar do concelho de Alenquer, relativa aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção tomando como base de trabalho a estatística relativa às famílias beneficiárias desta prestação durante o ano de 2011, constata-se que neste existem 226 famílias. Todas estas famílias estão sociologicamente agrupadas em tipologias distintas, de acordo com a sua dimensão, e composição do seu

agregado familiar. Assim, constata-se que a tipologia com maior representação no concelho é a “famílias nucleares com filhos”. Estas representam 28,31% das famílias residentes. Estas são famílias caracterizadas sociologicamente como sendo constituídas por um casal com filhos, em que o casal é constituído pela mãe e o pai biológico dos filhos a cargo. Estas são famílias com melhores condições de independência e de estabilidade económica, na medida em que em termos de probabilidade de ter uma atividade remunerada é o dobro quer das famílias isoladas, que no concelho representam 23% das famílias quer das famílias monoparentais que representam 22,56% da população residente. Seguidamente em termos percentuais decrescentes encontra-se um grupo de 16,37% das famílias do concelho cuja tipificação se desconhece. Depois surgem as famílias nucleares sem filhos, que constituem 4,42% da população. Estas são famílias que vivem em situação de dificuldades económicas, o que implica uma situação de maior dependência económica face ao Estado, e a existência do aumento da pressão sobre as famílias que têm menores em frequência de atividade escolar com todos os encargos inerentes aos mesmos. Constata-se que as famílias alargadas representam apenas 3,09% da população residente. Tal facto mostra que esta é uma tipologia familiar que já não é predominante, contrariamente ao que acontecia antigamente. Pelo contrário, hoje em dia a predominância é das famílias nucleares. Cabe aqui referir que, em termos gerais, não focalizado apenas neste concelho, assiste-se atualmente ao fenómeno inverso, ou seja, à constituição de famílias alargadas, já não por opção ou modo de vida, mas antes por condicionalismos socioeconómicos com que as famílias se vêm confrontadas, concretamente por situações de desestruturação de famílias e desemprego. Esta tipologia familiar representa 4,86% das famílias residentes. Finalmente com uma representatividade residual e surgem as famílias de avós com netos e avó com netos com 0,44 e 0 % respetivamente.

Dimensão média das Famílias de Alenquer

Neste concelho não se verifica uma predominância de quaisquer famílias relativamente a outras no que concerne ao número total dos seus elementos. No entanto, neste concelho as famílias mais representativas são as de 2 e 3 elementos com 32,35% e 25,29% respetivamente. O terceiro grupo de famílias é o de um elemento residente no concelho, sendo que este grupo congrega 20,44% das famílias residentes. No entanto, à medida que o número de elementos do agregado familiar vai aumentando, a percentagem de família diminui.

Constata-se assim, que as famílias com 4 elementos representam 16,70% dos agregados familiares residentes no concelho de Alenquer, sendo que as restantes 5,22% das famílias são constituídas por famílias com 5 ou mais elementos. No entanto, constata-se que neste concelho as famílias beneficiárias de R.S.I., mais representativas são as nuclear com filhos, com 64 agregados, isoladas, com 52, monoparentais, com 51, nuclear sem filhos 10, alargadas com 7, extensas com 4 e avós com netos 1. É no entanto interessante constatar que só o conjunto dos agregados nucleares com filhos e agregados monoparentais, no seu conjunto constituem 50,88% do total dos agregados.

Nacionalidade / Origem Geográfica ³⁸

Ao falar-se da população residente no concelho em análise, importa saber qual o peso da população estrangeira presente no município. Assim verifica-se que no ano 1991 o peso da população estrangeira residente no concelho de Alenquer representa 2,80%. À data, os residentes com maior representatividade enquadravam-se nos países pertencentes aos PALOP com 46 indivíduos seguidos dos provenientes da União Europeia com 37. Os restantes indivíduos tem uma representatividade menos significativa e são oriundos de outros países africanos bem como de alguns não especificados.

Em 2001 assiste-se já a um aumento bastante significativo da população não nacional no concelho de Alenquer. Nesta altura verifica-se que a população não nacional aqui residente representa já 5,66% da população o que equivale à duplicação da população imigrante residente no concelho no intervalo temporal de uma década, o que é um valor bastante significativo.

O aumento populacional no concelho acentua-se em 2011 registando o valor de 17,37%, o que representa praticamente seis vezes mais que a população a imigrante, aqui residente, há duas décadas sendo os restantes 82,64% da população composta por cidadãos de nacionalidade portuguesa.

Após a análise da estrutura populacional de Portugal Continental e a sua comparação com a do concelho de Alenquer, importa proceder da mesma forma quanto às problemáticas do emprego e formação profissional. Nos pontos que se seguem proceder-se-á à análise evolutiva

³⁸ In Censos 2011

do emprego e da formação profissional³⁹, registados em Portugal Continental⁴⁰ e no concelho de Alenquer, bem como à sua análise comparativa.

³⁹ O Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.) apenas dispõe de dados relativos a Portugal Continental

⁴⁰ Sempre que se refere Portugal no âmbito deste trabalho, entenda-se Portugal Continental

CAPÍTULO VII

7. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

7.1 Caracterização das Famílias Beneficiárias do R.S.I. em Portugal Continental

Ao analisar as medidas de formação profissional em Portugal Continental entre 2004 e 2012, constata-se que quer quanto às “medidas de emprego”, quer quanto às “medidas de formação profissional”, uma evolução crescente. Numa análise dedutiva, verifica-se um ligeiríssimo decréscimo no ano 2011.

Quando se analisam os dados estatísticos relativos à caracterização dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção integrados em mercado de trabalho em Portugal, constata-se uma evolução crescente e continuada dos indivíduos desempregados. No entanto, é nos anos 2005 e 2011 que se observam quedas no número de indivíduos, quer do género feminino, quer do género masculino. Esta é uma característica que se constata em todos os estratos etários.

Relativamente à situação perante o emprego, verifica-se que quanto aos desempregados que procuram o primeiro emprego, estes têm sofrido um crescimento contínuo entre 2004 e 2008. É no entanto entre este último ano e 2009, que se observa um crescimento que quase chega aos 140%, para depois retomar o sentido decrescente até ao ano 2012, a uma percentagem de 59,7%, relativamente a 2010. Esta é uma tendência que se repete nos outros itens considerados, ainda que em percentagens distintas. Os outros itens considerados são o desemprego – novo emprego, empregado, empregado a tempo parcial e ocupado. Esta é atualmente a tendência que caracteriza os desempregados seja de longa duração ou não.

Uma outra vertente que importa igualmente observar é a escolaridade. Relativamente aos indivíduos cuja escolaridade é inferior ao 1.º ciclo, constata-se que o número mais baixo é registado em 2005, ano a partir do qual sofre um crescimento continuado e sustentado até ao ano 2012. Em todos os outros níveis de ensino, ou seja, 2.º ciclo EB, 3.º ciclo EB, Ensino Secundário, e Ensino Superior, constata-se um crescimento continuado entre 2004 e 2012, ainda que se assista a um decréscimo muito acentuado dos beneficiários integrados em emprego no ano 2005, tendo-se nos anos seguintes registado novamente um aumento continuado e sucessivo do número absoluto dos indivíduos detentores de maior escolaridade.

7.2. Caracterização das Famílias Beneficiárias do Rendimento Social de Inserção no concelho de Alenquer

As famílias do concelho de Alenquer que beneficiam do Rendimento Social de Inserção caracterizam-se como indivíduos com uma escolaridade média baixa, o que dificulta a sua integração socioprofissional. Normalmente, os empregos conseguidos caracterizam-se como não qualificados e temporários. Este facto provoca nos indivíduos beneficiários da prestação uma grande instabilidade económica e insegurança laboral pelo que é com facilidade que se vêm na necessidade de voltar a requerer a prestação supra referida. Para além deste fator acresce o baixo nível de competências pessoais dos indivíduos beneficiários da prestação, o que também dificulta o seu enquadramento nas respostas sociais de inserção disponíveis que se adequem ao perfil dos mesmos.

Ao analisar os beneficiários de RSI integrados em medidas de emprego e formação no concelho de Alenquer, foi feito um esforço no sentido de aceder ao maior número de dados de que o I.E.F.P dispunha, tendo como propósito abranger o maior período temporal possível.

Assim ao analisar os dados no âmbito supra, comprova-se que os mesmos permitem uma análise a dois níveis: ao nível das “Medidas de Emprego” e ao nível das “Medidas de Formação”⁴¹

Quando se analisa o quadro relativo a estas medidas, nota-se que as mesmas concentram um maior número de indivíduos abrangidos entre os anos 2008 e 2012, e que no decorrer deste período temporal se assiste a um progressivo rejuvenescimento da população do concelho⁴².

Quanto às áreas de emprego e formação abrangidas, não foi possível apurar junto do I.E.F.P., dado este não dispor deste “tipo de filtragem”.

Relativamente à caracterização dos beneficiários integrados no concelho de Alenquer, o instituto supra referido, evidencia só ter sido possível proceder à caracterização das variáveis a partir do ano 2004, considerando o período analisável até ao ano 2012.

⁴¹ Para uma melhor compreensão considera-se que as Medidas de emprego incluem medidas nas atividades profissionais, orientação profissional e Formação/Emprego. Quanto às “medidas de formação”, incluem medidas de Formação Profissional, RVCC e Vida Ativa.

⁴² Consultar quadro em anexo

Ao analisar-se a estrutura etária da população beneficiária de R.S.I., residente neste concelho, verifica-se que as faixas etárias que concentram a maioria dos indivíduos se situam nos intervalos entre os 25 - 34 anos e os 35 – 54 anos. Constatam-se ainda que o número de indivíduos regista um aumento continuado entre os anos 2008 e 2011, sendo que se assiste a um decréscimo significativo em 2012.

Quando se analisa o emprego, verifica-se que também aqui os anos cívicos entre 2008 e 2011 são aqueles em que se registaram os números mais significativos. Quanto ao item em evidência o valor mais elevado é o “Desempregado – novo emprego”. Já nos indivíduos considerados em situação de “ocupado” estes registam o seu epílogo no ano 2012. Refira-se que são considerados ocupados todos os indivíduos que se encontram em “contrato emprego-inserção”, “estágios profissionais” e “formação profissional”.

Por observação do quadro em anexo, constata-se que em 2010 o item “desempregado-novo emprego” registou 19 indivíduos tendo registado apenas 1 em 2012. Já relativamente à classificação de “ocupado”, esta foi uma condição que aumentou de 0 (zero) para 18 (dezoito), entre 2007 e 2012 o que constitui praticamente uma inversão dos dados, ainda que registre um pico de 23 em 2011.

Relativamente ao tempo em que os indivíduos permanecem em situação de desemprego, constata-se que quanto aos indivíduos desempregados há mais de um ano, este é um número com tendência crescente e acentuada, ainda que tenha registado uma acentuada diminuição em 2009, para em 2010 retomar o aumento, ainda que com um ligeiro decréscimo em 2012.

Quanto aos desempregados de Longa Duração, constata-se que estes registam um aumento contínuo ao longo dos anos em análise, ou seja, entre 2004 e 2012, ainda que se tenha registado uma evolução crescente dos indivíduos em situação de desemprego após o ano 2005 de uma forma consolidada. Esta acontece até ao ano 2012 ainda que durante o ano 2011 se tenha verificado um decréscimo de cerca de 25% destes desempregados inscritos no âmbito do R.S.I, para voltar a registar um novo aumento no ano 2012. Segundo o INE, tal facto resulta de uma manipulação por comparar trimestres não homólogos, por isso não comparáveis sob o ponto de vista técnico devido à sazonalidade do emprego.⁴³

⁴³ Rosa, Eugénio in “No 3.º trimestre de 2008 o desemprego atingiu 569 mil portugueses; os desempregados com o ensino superior aumentam em 44%; e menos de metade dos desempregados recebe o subsídio respetivo”, p.p.1

Uma outra vertente, não menos importante, sendo mesmo determinante para o nível de empregabilidade, é a escolaridade. Neste item constata-se que o grau de ensino que regista maior número de indivíduos inscritos no I.E.F.P. é o 3.º ciclo, logo seguido do 1.º ciclo ou menos, ainda que a diferença não seja significativa.

Pode-se observar, no entanto, que no ano de 2012, praticamente todos os indicadores registam uma diminuição, a qual pode estar já relacionada, com alguma desmotivação na procura de emprego.

Quanto às habilitações literárias, a sua maior expressão incide no 3.º ciclo do Ensino Básico, sendo que se acentua a partir do ano 2008, com o aumento do número de pessoas registadas no I.E.F.P., enquanto beneficiários do Rendimento Social de inserção. Logo a seguir encontra-se o registo ainda que com apenas dois elementos de diferença dos beneficiários com possuidores do primeiro ciclo do ensino básico.

Finalmente, importa referenciar que em todos os parâmetros analisados é no ano 2011 que atingem os índices mais elevados, para voltar a baixar em 2012, o que pode ter a ver com o facto de muitos beneficiários de R.S.I., deixaram de o ser, devido à introdução da Condição de Recurso, em que os mesmos passaram a ter que fazer prova dos rendimentos do requerente, assim como os dos elementos do seu agregado familiar, em que o peso de cada elemento é diferenciado. Assim, o requerente tem uma ponderação de 1, cada elemento adulto não titular tem uma ponderação de 0.7 e cada menor tem uma ponderação de 0,5. A introdução deste meio de prova reflete-se numa conseqüente quebra do número de beneficiários inscritos para emprego no âmbito desta medida.

Tendo anteriormente analisado a evolução dos desempregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção, quer em Portugal Continental quer no concelho de Alenquer, importa agora proceder a uma análise comparativa das duas realidades.

7.3. Análise Comparativa da Inserção Profissional entre Portugal Continental e o Concelho de Alenquer

Efetuar esta análise comparativa é importante, para se ter uma noção mais precisa das semelhanças e diferenças entre ambas as realidades.

Assim, dissecando em primeiro lugar a população desempregada quanto ao género, constata-se que tanto em Portugal Continental, quanto no concelho de Alenquer, a

percentagem de mulheres desempregadas é superior à dos homens. Assim, no continente 41,73% dos desempregados são homens e 58,27% são mulheres. Já especificamente no concelho de Alenquer os homens constituem 31,58% dos desempregados e as mulheres 68,48%.

Ao compararem-se os dados nacionais com os municipais constata-se que estes são bastante diferentes. Assim verifica-se que no concelho de Alenquer os homens desempregados representam 31,58% dos munícipes em comparação com a representação nacional que ascende a 41,73%. Já entre as mulheres a amplitude das percentagens mantem-se semelhantes, ainda que o desemprego ao nível municipal seja bastante superior ao nacional, registando 68,48%, contra 58,27%.

Quando se analisam os desempregados no âmbito do R.S.I., constata-se que os intervalos etários em que se regista o desemprego é coincidente quer a nível nacional, quer a nível municipal. Assim é no intervalo 35 – 54 anos onde se situa o maior número de desempregados, onde se concentram 57,89% dos desempregados no ano 2012, seguido pela faixa etária <25 anos, onde se encontram 26,31% da população desempregada. A terceira faixa etária que apresenta no último ano contabilizado é a 25-34 anos, onde no último ano registado contabiliza um desemprego de 15,79%. Por último, no intervalo 55+ anos não consta no ano supra referido qualquer registo.

Já a nível nacional o ano 2005 é aquele em que se assiste ao menor número de desempregados ao invés de 2012 ⁴⁴ que é o que regista o número mais elevado.

Quanto aos desempregados a nível Continental, constata-se entre os anos 2004 e 2010 um crescente aumento do desemprego, tanto de curta como de longa duração, assistindo-se a uma queda do mesmo apenas no ano 2011, para retomar o aumento em 2012.

Relativamente ao nível de empregabilidade constata-se que a nível nacional o número de desempregados sofreu um aumento contínuo entre os anos 2004 e 2011 cerca de 48,5%, pois se em Março de 2004 se contabilizava 1445 desempregados, esse número em Dezembro de 2011 já era de 2 146, o que se traduz numa taxa de desemprego de 7,5%, e voltando a retomar o sentido ascendente no ano 2012 para 27,66%. É de referir que embora este valor se refira à globalidade dos desempregados no âmbito do R.S.I., constata-se que tal se observa tanto no género feminino quanto ao masculino.

⁴⁴ Ver tabelas em anexo: Caracterização dos beneficiários integrados no Concelho de Alenquer e caracterização dos beneficiários integrados no continente entre 2004 e 2012

CONCLUSÃO

Ao analisar-se os resultados obtidos neste estudo, impunha-se referir ponto a ponto quais os objetivos do estudo bem como as análises a realizar. Assim, num primeiro momento importava compreender qual a eficácia do R.S.I. na inserção profissional dos beneficiários de R.S.I. no concelho de Alenquer. Neste contexto, verifica-se um desajustamento entre a baixa escolaridade as competências e as respostas ao nível da empregabilidade disponíveis.

Todos os indivíduos residentes no concelho que frequentam cursos de formação profissional têm que o fazer fora deste, normalmente no Centro de Formação de Alverca. Constata-se assim, que quanto ao acesso dos beneficiários do R.S.I. à formação profissional, a mesma está envolta em condicionalismos que lhes dificultam o acesso. Quanto à hipótese da formação profissional poder ser efetuada no concelho, tal não se torna viável, por falta de infraestruturas adequadas que a autarquia possa disponibilizar para o efeito. Logo, o aumento da empregabilidade no setor dos serviços prende-se fundamentalmente com o aumento da população jovem escolarizada do concelho, e não tanto pelo aumento de integração profissional da população beneficiária de R.S.I., após formação profissional no âmbito da medida

Outra dificuldade detetada prende-se com a deslocação da população deste concelho para fora do mesmo. Uma outra questão a dissecar, é a dispersão geográfica existente, o que dificulta ainda mais o acesso do transporte público a locais menos povoados efetuada por uma transportadora privada, que a quando da definição dos seus itinerários, acima de tudo tem em conta a rentabilidade dos mesmos. Este facto contribui para que a frequência do transporte seja bastante diminuta em alguns lugares do concelho menos povoados, em que a frequência do transporte se limita a duas viagens diárias, sendo que uma se realiza pela manhã, e outra ao fim da tarde, o que condiciona fortemente a mobilidade externa dos residentes.

Por fim, importa referir que este é um concelho predominantemente agrícola, constatando-se que os sectores como o comércio e os serviços, têm registado um aumento progressivo, ao longo dos anos, assistindo-se presentemente a uma alteração nos sectores profissionais existentes. Constata-se assim um recuo da atividade agrícola, para progressivamente dar lugar aos sectores da indústria e comércio. Estas alterações são uma consequência do aumento progressivo da população escolarizada no concelho. É no entanto espectável que esta seja uma situação transitória, pois quando conjugados vários fatores, como sejam o rejuvenescimento

da população, o aumento dos frequentadores e detentores de um nível de escolaridade em crescendo, potenciam uma alteração progressiva da atividade económica dominante.

BIBLIOGRAFIA

Amaral, Paulo Alexandre, RTP, 29 de Maio de 2012

Bastos, Amélia; Machado, Carla; Passos, José in Estados – Algumas Notas sobre Pobreza Infantil em Portugal, desenvolvido pelos autores deste artigo para GEP/MTSS.

Capucha, Luís, in “Rendimento Mínimo Garantido – Avaliação da Fase Experimental” – Ministério do Trabalho e Solidariedade – Comissão Nacional do Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1998

Capucha, Luís (2005) “Desafios da Pobreza”, Celta Editora – Oeiras, 2005

Carreira, Henrique Medina in “O Estado e a Segurança Social (Org. António Barreto, Lisboa, Cadernos Público, n.º 4, 1996)

Costa, Alfredo Bruto in “Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo” – Ed. Gradiva – Trajetos Portugueses – 3.ª Edição – Maio de 2012

CENSOS 2011

Diagnóstico Social do Concelho de Alenquer, 2001

Diagnóstico Social do Concelho de Alenquer, 2011

Diagnóstico Social do Concelho de Alenquer, 2012

Edição 2012 – Estatísticas do Desemprego – 2.º Trimestre – Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística)

Gomes, Flávio, in “Integração Europeia de Portugal – Trabalho de Avaliação Continua realizado no âmbito da Unidade Curricular de Fontes de Informação Sociológica sob orientação do Professor Paulo Peixoto – <http://www.idn.gov.pt/publicações - Dezembro 2008>

Guibentif, Pierre- Bouget, Denis – Políticas do Rendimento Mínimo na União Europeia – 1999

Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2011 – 3.º Ciclo – Consumo de Drogas e Outras Substâncias Psicoactivas. Uma abordagem Integrada

Mozzicafredo, Juan, in “Estado Providência e Cidadania em Portugal, 1.^a Edição: Março de 1997 – Celta Editora

Manual de Formação “Alterações ao Regime Jurídico do RSI – Instituto de Segurança Social, I.P. – Serviços Centrais (DPC/DCGC/DDSP/DF)

Moreira, Amílcar Manuel Reis in “Inserção Profissional dos Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido – IV Congresso de Sociologia

Programa Estratégico e Técnicas Contra a >Exclusão Social e a Pobreza – Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social – Bureau internacional do Trabalho – 4 route des Morillons

Pimentel, Irene Flunzer in “Análise Social” vol. XXXIV (151-152), 2000

Público, Jornal, 9-12-2012

Pordata, Retrato de Portugal na Europa — Ed. 2014

Relatório Social Nacional – Portugal – Maio 2012

Revista de Estudos Demográficos. Enquadramento Familiar das Pessoas com Deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos CENSOS 2011

Rodrigues, Eduardo Vitor in “O Estado e as Políticas Públicas Sociais em Portugal: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, vol. XX; 2010

Recenseamento Geral da População 1960 – 2011, Ed. INE

Rosa, Eugénio in “No 3.º trimestre de 2008 o desemprego atingiu 569 mil portugueses; os desempregados com o ensino superior aumentam em 44%; e menos de metade dos desempregados recebe o subsídio respetivo”

Sá, Teresa, in Rendimento Mínimo Garantido: Um Rendimento que Incomoda? Janeiro 2003

Silva, Manuela in “Análise Social”, vol. VIII (72-73-74), 1982

ANEXOS

Caracterização dos beneficiários integrados no concelho de Alenquer

*Só é possível caracterizar todas as variáveis a partir de 2004

Caracterização por Género dos Beneficiários de R.S.I

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Homens	1		3	1	8	6	8	14	6
Mulheres	1	3	1	1	10	9	16	22	13
Total	2	3	4	2	18	15	24	36	19

Fonte: I.E.F.P

Caracterização etária dos Beneficiários de R.S.I

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
< 25 anos	0	0	0	0	5	0	4	3	5
25-34 anos	0	1	2	1	3	7	4	9	3
35-54 anos	2	2	1	1	9	7	15	21	11
+ 55 anos	0	0	1	0	1	1	1	3	0
Total	2	3	4	2	18	15	24	36	19

Fonte: I.E.F.P

Caracterização da Situação Perante o Emprego dos Beneficiários de R.S.I

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Desemprego/ 1.º emprego	0	0	0	0	3	0	1	0	05
Desemprego/ Novo Emprego	2	3	4	2	11	13	19	12	1
Empregado	0	0	0	0	0	2	3	1	0
Ocupado	0	0	0	0	4	0	1	23	18
Total	2	3	4	2	18	15	24	36	19

Fonte: I.E.F.P

Caracterização do Tempo de Desemprego dos Beneficiários de R.S.I.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
< 12 Meses	1	2	1	2	16	10	17	17	14
>= 12 Meses	1	1	3	0	2	5	7	19	5
Total	2	3	4	2	18	15	24	36	19

Fonte: I.E.F.P

Caracterização da Escolaridade dos Beneficiários de R.S.I.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<1º CICLO EB	0	2	1	1	4	2	0	10	4
1.º CICLO EB	1	1	2	0	5	3	5	5	5
2.º CICLO EB	0	0	1	0	1	3	6	8	2
3.º CICLO EB	1	0	0	1	8	6	10	11	7
SECUNDÁRIO	0	0	0	0	0	1	2	2	1
SUPERIOR	0	0	0	0	0	0	1	0	0
TOTAL	2	3	4	2	18	15	24	36	19

Fonte: I.E.F.P

Evolução do n.º de Agregados

Freguesia Residência	Métrica	FAM: Famílias (com requerimento deferido não cessado)		
	Ano	2009	2010	2011
		34230	38330	34238
Total		351	409	330
ABRIGADA		15	15	10
ALDEIA GALEGA DA MERCEANA		22	31	29
ALDEIA GAVINHA		9	9	5
ALENQUER (SANTO ESTÊVÃO)		42	48	41
ALENQUER (TRIANA)		25	31	24
CABANAS DE TORRES		7	9	6
CADAFAIS		11	10	8
CARNOTA		23	19	14
CARREGADO		128	164	139
MECA		11	8	6
OLHALVO		12	15	12
OTA		3	5	4
PEREIRO DE PALHACANA		4	4	4
RIBAFRIA		8	8	4
VENTOSA		21	19	11
VILA VERDE DOS FRANCOS		10	14	13

FONTE: NLI de Alenquer 2012

RSI - N.º de Beneficiários Abrangidos nos Acordos de Inserção Assinados e Cessados no Ano 2011

Concelhos / NLI's	N.º de Titulares com processamento no ano 2011	N.º de Acordos		N.º de Beneficiários		Percentagem de Al face ao n.º de Titulares no ano
		Assinados	Cessados	Abrangidos nos Acordos Assinados	Abrangidos nos Acordos Cessados	
Alenquer	326	198	111	555	300	61%
Amadora	4.405	1.969	1.949	5.064	5.227	45%
Arruda V.	50	25	37	59	95	50%
Azambuja	249	103	97	208	198	41%
Cadaval	71	44	73	129	206	62%
Cascais	2.661	1.876	1.912	3.508	3.257	70%
Loures Oriental		950	1.245	2.429	3.352	
Loures Norte	3.230	413	480	1.330	1.395	42%
Lourinhã	268	226	247	559	683	78%
Mafra	481	362	381	896	918	75%
Odivelas	1.759	689	557	1.865	1.481	33%
Oeiras	1.626	1.058	855	2.912	2.378	65%
Sintra	4.748	1.532	946	3.909	2.517	32%
Sobral M.A	80	61	70	177	194	66%
Torres V.	609	450	508	1.167	1.341	74%
Vila F.Xira	1.320	679	376	1.763	1.040	51%
NLI 1		454	249	728	413	
NLI 2		402	614	1.094	1.575	
NLI 3		539	588	1.870	1.850	
NLI 4		223	0	558	0	
NLI 5	11.036	98	0	246	0	31%
NLI 6		533	331	1.358	818	
NLI 7		552	547	1.441	1.247	
NLI 8		569	205	1.198	384	
TOTAL	32.970	14.065	12.378	35.023	30.692	42%

Nota: 11 036 Corresponde ao n.º de Titulares de RSI do Concelho de Lisboa

Fonte: Instituto Informático, IP - MTSS

NLI - Núcleos Locais de Inserção

UNIDADE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
NÚCLEO QUALIFICAÇÃO FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS
Sector Emergência e Projectos

EXECUÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS RSI PENDENTES DE 2009 E ENTRADAS ATÉ 30 NOVEMBRO- DISTRITO DE LISBOA - ANO DE 2010

Sector	EFT	NLI	SIADAP 2010												NLI	Total					
			PROCESSOS ENTRADOS (pendentes de 2009 e entradas até 30 Novembro)				INFORMAÇÕES SOCIAIS ELABORADAS (valor acumulado)				INFORMAÇÕES SOCIAIS PENDENTES						Média Mensal Informações Sociais elaboradas	Dias (ano)	TEMPO MÉDIO (dias)	% EXECUÇÃO	
			Tec.Int	Tec.Ext	Total	Tec.Int	Tec.Ext	Total	Tec.Int	Tec.Ext	Total	Tec.Int	Tec.Ext								
AMADORA			1030	376	1406	1028	376	1404	2	0	2	117	26763	19	99,6%	100%	AMADORA	99,9%			
CASCAIS/DEIRAS			846	430	1276	846	430	1276	0	0	0	106	14424	11	100%	100%	CASCAIS	100%			
DEIRAS			597	264	861	597	264	861	0	0	0	72	14165	16	100%	100%	DEIRAS	100%			
Sector			1443	664	2107	1443	664	2107	0	0	0	178	28589	13	100%	100%	Sub-Total	100%			
LOURES			280	164	444	280	164	444	0	0	0	37	6306	14	100%	100%	LOURES NORTE	100%			
LOURES/ODIVELAS			686	233	919	685	233	918	1	0	1	77	9828	11	99,9%	100%	LOURES ORIENTAL	99,9%			
ODIVELAS			966	397	1363	965	397	1362	1	0	1	114	16134	12	99,9%	100%	Sub-Total	99,9%			
Sector			836	40	876	835	40	875	0	0	0	73	12111	14	100%	100%	ODIVELAS	100%			
MAFRA			1802	437	2239	1801	437	2238	1	0	1	187	28245	13	100%	100%	Sub-Total	100%			
TORRES VEDRAS			217	107	324	217	105	322	0	2	2	27	4071	13	100%	99%	MAFRA	99%			
MAFRATORRES VEDRAS			0	43	43	0	43	43	0	0	0	4	657	15	0%	100%	CADAVAL	100%			
Sector			175	16	191	175	16	191	0	0	0	16	2684	14	100%	100%	LOURINHÁ	100%			
SINTRA			0	53	53	0	53	53	0	0	0	4	766	14	0%	100%	SOBRAL	100%			
VILA FRANCA DE XIRA			107	321	428	107	321	428	0	0	0	36	6942	16	100%	100%	TORRES VEDRAS	100%			
Sector			282	433	715	282	433	715	0	0	0	60	10949	15	100%	100%	Sub-Total	100%			
SINTRA			499	540	1039	499	538	1037	0	2	2	86	15020	14	100%	100%	Sub-Total	99,8%			
VILA FRANCA DE XIRA			2494	429	2923	2485	425	2911	8	4	12	243	101759	35	100%	99%	SINTRA	100%			
Sector			144	55	199	144	55	199	0	0	0	17	2641	13	100%	100%	ALENQUER	100%			
MAFRATORRES VEDRAS			21	7	28	21	7	28	0	0	0	2	308	11	100%	100%	ARRUDA	100%			
Sector			136	11	147	136	11	147	0	0	0	12	1973	13	100%	100%	AZAMBUJA	100%			
VILA FRANCA DE XIRA			628	224	852	628	224	852	0	0	0	71	11553	14	100%	100%	VFX	100%			
Sector			929	297	1226	929	297	1226	0	0	0	102	16475	13	100%	100%	Sub-Total	100%			
NOFT			8197	2773	10970	8186	2767	10953	11	6	17	913	216851	20	100%	100%	TOTAL	100%			